



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

ANTONIO SIMÃO RAMOS ROCHA

**TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA NO PA PIMENTEIRA EM
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA – PA**

Marabá
2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

ANTONIO SIMÃO RAMOS ROCHA

**TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA NO PA PIMENTEIRA EM
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA – PA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, área de Ciências Agrárias e da Natureza.

Orientador: Prof. Me. Amintas da Silva Jr.

Marabá
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá,PA

Rocha, Antonio Simão Ramos

Transformações na agricultura no PA Pimenteira em São João do Araguaia – PA / Antonio Simão Ramos Rocha ; orientador, Amintas da Silva Jr. — 2017.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Marabá, 2017.

1. Agricultura – São João do Araguaia (PA). 2. Produtividade agrícola. 3. Posse da terra. 4. Assentamentos humanos. I. Silva Junior, Amintas Lopes da, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 630.98115



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

ANTONIO SIMÃO RAMOS ROCHA

**TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA NO PA PIMENTEIRA EM
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA – PA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, área de Ciências Agrárias e da Natureza.

Data de aprovação __/__/__

Banca examinadora:

Orientador: Prof. Me. Amintas Lopes da Silva Junior

Examinador: Prof. Dr. Rodrigo de Almeida Muniz

Examinadora: Prof.^a Me. Cristiane Vieira da Cunha

Conceito:

DEDICATÓRIA

À pessoa que doou sua vida pela formação acadêmica de seus filhos, a quem tanto fez pela melhoria do Projeto de Assentamento Pimenteira, minha maior inspiração, a melhor mãe do mundo, Elzanira de Jesus (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao Pai Celeste, Nosso Senhor Jesus Cristo, por ter me permitido realizar mais esse trabalho, gozando de seu infinito amor e proteção.

A toda minha família, em especial à minha mãe Elzanira, que partiu no mesmo ano em que ingressamos na universidade, deixando suas palavras e ensinamentos para eu prosseguir, e ao meu pai Domingos Santos, pelo apoio e incentivo.

À minha excelentíssima esposa Rosiane Alves, pela infinita paciência, companheirismo e sabedoria, sempre do meu lado, nos dias chuvosos ou ensolarados, de pé, moto ou carro, sempre confiante que iríamos conseguir concluir o curso.

À minha pequena filha Thayla Cristine, que chegou em nossas vidas no meio do curso e que, em sua inocência, tanta força nos deu para continuar nessa jornada.

Aos meus irmãos, em especial ao Gabriel Ramos, por cuidar da minha filha enquanto estávamos em sala de aula.

Ao Francisco Carvalho e sua família, pelo conforto familiar que nos proporciona e por nos ceder sua única filha Sarah Carvalho, para ajudar a cuidar da nossa pequena enquanto estávamos estudando.

Ao meu cunhado Elias e sua família que estiveram compartilhando seu lar e alimento no momento em que mais precisamos.

A todos os profissionais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Educar Para Crescer e aos moradores do Projeto de Assentamento 1º de Março, que estiveram contribuindo no desenvolvimento das nossas pesquisas do primeiro ao quarto tempo-espaço-localidade.

A todos os profissionais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Rita, por nos receber e contribuir em nossa formação acadêmica, em especial à diretora Alzilei e aos professores e alunos das turmas em que estivemos desenvolvendo nossas atividades.

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Projeto de Assentamento Pimenteira, pessoas pelas quais tenho imensa gratidão, por contribuir diretamente na construção das minhas pesquisas. Especialmente aos moradores pioneiros como José Roberto, Lourival, José Prainha e tantos outros, por sua coragem, determinação, exemplo de sabedoria, contribuindo significativamente, não apenas na minha formação acadêmica, mas também na minha vida.

Ao PIBID e PIBID-Diversidade, pela contribuição de suma importância em minha formação, me dando a oportunidade de aprofundar os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

A todos os professores do curso de Educação do Campo, em especial ao Evandro, Haroldo e à Maura, professores desde a Escola Família Agrícola de Marabá –EFA, e aos demais professores que estiveram contribuindo durante esta jornada.

Ao meu orientador Amintas, por ter aceitado me orientar, por sua paciência e compreensão das minhas dificuldades e pelas orientações indispensáveis e fundamentais para a conclusão desse trabalho.

À turma de Licenciatura em Educação do Campo de 2011, em especial os estudantes da ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza, pelas ricas experiências que vivenciamos juntos, pelos momentos de descontração e pela união e companheirismo nos momentos difíceis dessa caminhada.

Às instituições: Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São João do Araguaia – PA – STTR/SJA, ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETAGRI, pelo apoio e confiança. À Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará – FECAT, onde trabalho desde o ano de 2013, entidade que apoiou e sempre contribuiu com minha formação.

RESUMO

O presente estudo trata sobre a prática da agricultura de corte e queima em um assentamento rural. A metodologia utilizada na pesquisa foi o estudo de caso, tendo sido o Projeto de Assentamento Pimenteira, no sudeste paraense, o caso analisado. O objetivo do estudo foi analisar os processos de reconfiguração ocorridos nos sistemas produtivos, desde a criação do assentamento até o período da pesquisa, em um intervalo de tempo de cerca de dezoito anos. Como referencial teórico utilizamos dentre outros, Michelotti (2009), Michelotti e Rodrigues (2004), Michelotti, Ribeiro e Florêncio (2006) e Pereira (2013), para discorrer sobre a luta pela terra no sudeste paraense e Mazoyer e Roudart (2010), para compreender a agricultura. O trabalho de campo foi realizado durante seis meses, quando foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado e conversas informais. Também foram empreendidas análise de documentos e revisão bibliográfica. Como resultado da pesquisa, constatamos que a prática da agricultura é influenciada por múltiplas variáveis dentro do assentamento e que as famílias vêm reinventando suas técnicas, assegurando assim, sua permanência na área.

Palavras-chaves: Luta pela Terra; Assentamento Rural; Agricultura de Corte e Queima.

LISTA DE SIGLAS

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

STTR/SJA – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São João do Araguaia

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará

FECAT – Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará

EFA – Escola Família Agrícola de Marabá

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PA – Projeto de Assentamento

APAP – Associação dos Pequenos Agricultores do PA Pimenteira

COOMASJA – Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São João do Araguaia

PRA – Programa de Recuperação do Assentamento

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

EJA – Educação de Jovens e Adultos

SOME – Sistema de Organização Modular de Ensino

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUDAM – Superintendência do desenvolvimento da Amazônia

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins

CNS – Conselho de Segurança Nacional

PIN – Programa de Integração Nacional

PGC – Programa Grande Carajás

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CPT – Comissão Pastoral da Terra

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA	14
Caracterização da área de estudo.....	17
Histórico de conquista do assentamento.....	19
CAPÍTULO 1. A OCUPAÇÃO RECENTE DO SUDESTE PARAENSE	23
1.1. O campesinato	23
1.2. A concentração de terras a partir dos aforamentos.....	27
1.3. Os grandes projetos	29
1.4. A ação das madeireiras e serrarias.....	30
1.5. As carvoarias	33
1.6. Pecuária	37
1.7. Disputa entre dois projetos	39
1.8. Possesores e a emergência dos movimentos sociais.....	40
1.9. Criação dos assentamentos	41
CAPÍTULO 2. METAMORFOSES DA AGRICULTURA	42
2.1. A fazenda no período em que foi ocupada pelas famílias	44
2.2. Do “arroz para o capim”	47
2.3. Agricultura de corte e queima	49
2.4. Situação atual.....	52
2.5. A renovação da fertilidade.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

O Sudeste Paraense é uma região conhecida em decorrência da luta pela terra, onde muitas famílias sem terra conquistaram seu espaço e, em consequência, seus pedaços de chão, continuando como ou se transformando em produtores familiares. Entretanto, mesmo com a conquista dos territórios, existem desafios frequentes para a permanência dessas famílias em seus lotes.

A luta pela terra, nesta região, teve início por volta dos anos 1960, a partir de uma série de projetos ambiciosos para a o Norte do Brasil, promovidos pelos governos da ditadura civil-militar (1964-1984), em especial a política de integração da Amazônia e a política de modernização conservadora da agricultura. Essas políticas estimularam diretamente a migração para esta região, tanto de fazendeiros e empresas agropecuárias como de famílias camponesas, todos em busca de terras para seus projetos, embora antagônicos.

Apesar dos diferentes conflitos internos, as famílias oligárquicas desta região se associaram aos grandes fazendeiros e empresários sob mediação direta do Estado, construindo um pacto latifundiário, com o objetivo direto de transformar a produção extrativista de castanha-do-pará em produção pecuária. Esse pacto foi enfrentado pelos agricultores sem terra que migraram para esta região, se organizando em diferentes formas de luta, desde pequenos grupos de posseiros à fundação e fortalecimentos de organizações e movimentos sociais.

Os conflitos e a violência por parte dos latifundiários e a ousadia e capacidade de organização e resistência dos movimentos sociais, marcaram profundamente esta região entre os anos de 1980 e início dos anos 2000, permitindo uma desestruturação das políticas do período da ditadura. Até o período da pesquisa, essas lutas levaram à conquista, no Sul e Sudeste do Pará, de mais de 500 Projetos de Assentamentos, que abrigam mais de 90 mil famílias, distribuídas por algo em torno de 4,5 milhões de hectares (SOUSA, 2015).

Meus pais estavam entre estas famílias, vindos do estado do Maranhão para o estado do Pará em 1988, para trabalhar em uma fazenda, mas na expectativa de conseguir seu próprio pedaço de chão. Trabalharam onze anos para o mesmo fazendeiro. Em 1997, decidiram fazer parte de um acampamento na busca de finalmente conquistar um lote de terra, vindo a realizar o sonho no ano de 1999, com a criação do Projeto de Assentamento Pimenteira, que completou dezoito anos no dia 4 de junho de 2015.

Eu e minha família fazemos parte desde o início. Quando chegamos para ocupar a fazenda que tinha uma área em torno de oitocentos alqueires, uma pequena parte, cerca de cem alqueires, já se encontrava desmatada, com pastagem ou em processo de desmatamento pela ação direta das carvoarias, mas a maior parte da área se encontrava em floresta.

Com a conquista da área e destinação dos lotes para as famílias, em uma média de cinco alqueires, os agricultores deram início ao desmatamento de pequenas áreas, inicialmente para o plantio de culturas de ciclo curto, fortemente a cultura do arroz, do milho e da mandioca.

Esse processo sofreu uma primeira alteração há cerca de dois para três anos após a conquista da área, quando se iniciaram os incentivos agrícolas, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que mesmo oferecendo diferentes linhas de crédito, a atividade que se sobressaiu foi a criação de bovinos. A meu ver, esse processo alterou diretamente as estruturas dos lotes, pois quem recebeu o financiamento agora tinha de trabalhar com uma atividade a mais ou optar por aquela que acreditasse ser mais adequada para manter o sustento da família. Com um olhar talvez superficial, posso afirmar que a partir desse processo de implantação dos projetos de crédito para criação de bovinos teve início um decréscimo da produção agrícola citada acima.

Entre quatro e cinco anos após a criação do assentamento, ocorreu outro momento que alterou drasticamente a produção agrícola local: o aceleração do desmatamento de florestas, capoeiras e sítios para produção de carvão vegetal, incentivado principalmente pela grande demanda por partes das siderúrgicas existentes naquele momento na região. Foi um processo de ciclo curto, cerca de três anos apenas, mas que contribuiu para a erradicação de boa parte da cobertura florestal do assentamento.

Com o declínio das carvoarias, muitas famílias se viram com poucas opções de sobrevivência no assentamento, pois mantinham sua renda basicamente da produção do carvão e outras se dedicavam à produção de bovinos dos projetos de crédito. Foi um momento de elevada venda de lotes, pois os projetos que deram certo mal davam para pagar os empréstimos tomados ao banco.

Nesse contexto, houve algumas famílias, entre as quais a minha, que optaram por não acessar o PRONAF para criação de bovinos e não trabalhar com as carvoarias. Essas foram as únicas que não sofreram o impacto direto do fim das carvoarias e do insucesso dos projetos de crédito. Vale ressaltar que as mesmas continuaram produzindo desde quando

chegaram ao lote, mesmo havendo diminuição com o passar dos anos, em grande parte por estarem obrigadas a desenvolver seus roçados em capoeiras contendo uma maior concentração de animais e pragas, acarretada pela menor oferta de alimentos naturais para os mesmos e redução das áreas de roçados.

Percebi que muitas das ações desenvolvidas no assentamento acabaram fortalecendo o desmatamento e dando um rumo diferente à produção agrícola, desde a chegada dos agricultores. Com todos esses fatores citados acima, no início da pesquisa contávamos com quarenta e oito famílias pioneiras residindo no assentamento. Eis aí a nossa inquietação: como fizeram para resistir a todos os processos vividos no assentamento e ainda continuar morando e produzindo em suas propriedades?

Com o olhar de morador do assentamento e agricultor, acreditava que alguns processos apontavam para a resposta a essa questão, mas só a partir das entrevistas durante a pesquisa de campo pude constatar a validade das minhas suposições. Um destes processos é o resgate de plantios anuais, agora com uma mudança marcante nas sementes utilizadas. Inicialmente, as variedades, em sua maioria, eram crioulas, que após as temporadas de PRONAF e carvoarias, foram quase que erradicadas. Atualmente, os agricultores fazem uso de sementes hibridadas, principalmente o milho. O feijão foi um dos poucos que não sofreu com a mudança para sementes comerciais.

Outra atividade que tem assegurado a permanência de muitas famílias em seus lotes é o plantio de mandioca para farinha, realizado em áreas desmatadas anteriormente para produção do carvão, com bons resultados e bons preços.

A produção de hortaliças foi outra atividade que se desenvolveu de forma rápida no assentamento e que fez e faz uso direto de recursos fartamente disponíveis após o PRONAF e as carvoarias, sendo estes o esterco dos bovinos e a munha (pedaços pequenos de carvão e cinzas que sobram em grandes quantidades nos fornos), ambos utilizados nos canteiros como adubo. Alguns agricultores chegaram a conseguir produções expressivas com grande facilidade de escoamento e venda, tendo como principais mercados as feiras de Marabá e programas do governo como o PNAE.

Também vejo outras fontes de renda que não advém diretamente do lote, mas que possuem grande importância para manutenção das famílias em suas propriedades, dentre as quais cito programas como Bolsa Família, aposentadorias, funcionalismo público (escolas,

creche, posto de saúde) ou trabalho assalariado em cidades vizinhas (Marabá, Parauapebas, São Domingos do Araguaia).

Há também famílias que residem no lote e na vila, obtendo renda e realizando gastos nos dois locais: alguns mantêm pequenos negócios como açougue, bares, venda de produtos como banana, macaxeira, aves e outros.

Foram muitas as mudanças nas formas de trabalho dentro do assentamento desde seu início e os agricultores que persistiram em seus lotes sempre buscaram alternativas para viabilizar sua permanência nos mesmos. Em síntese, quero narrar o histórico do PA com foco principal nas transformações na produção agropecuária, fazendo uma comparação entre as famílias que optaram por não trabalhar com o PRONAF e as carvoarias e aquelas que usufruíram do crédito e passaram a produzir carvão, respondendo às seguintes perguntas: se ocorreram mudanças nas formas de cultivo, quais foram e por que se deram? Na atualidade, o que as famílias cultivam? O que mantêm as famílias no lote/assentamento e qual o papel da produção agrícola?

Nasci e fui criado trabalhando no lote da minha família, nas mais diversas atividades, da lavoura à criação de bovinos, junto com meus pais. Ensinarão-me tudo o que sabiam. Sempre gostei dessa área. Entre os anos de 2003 e 2006, fiz o Ensino Médio Técnico em Agropecuária, na Escola Família Agrícola de Marabá – EFA. Em seguida, ingressei no curso de Licenciatura em Educação do Campo, na área de Ciências Agrárias e da Natureza, o que veio a reforçar meus conhecimentos para que eu possa dar um retorno com qualidade a minha comunidade.

Durante o curso tive o privilégio de estagiar em duas grandes escolas do município de São João do Araguaia, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Educar para Crescer, no Projeto de Assentamento Primeiro de Março, e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Rita, na Vila Ponta de Pedra, em ambas, nas disciplinas das ciências exatas.

Durante esse período do estágio, estive constatando que mesmo as escolas estando situadas dentro de assentamentos, de comunidades rurais, não discutem a questão da agricultura. É como se dentro dos muros das escolas existisse uma realidade e fora dos muros, outra. Não há nada de concreto em termos de atividades que tratem sobre essa questão dentro das escolas.

Como mencionei anteriormente, o Assentamento Pimenteira, no qual realizamos a pesquisa, se encontrava então com dezoito anos. Entretanto, não encontramos nenhum registro de trabalhos escritos desenvolvidos que tratassem sobre a agricultura desenvolvida no mesmo. Fugindo um pouco do que essencialmente pede o currículo do curso, resolvemos desenvolver esse estudo sobre a prática da agricultura nesses dezoito anos no assentamento. E como produto final, deixar cópias deste trabalho nas escolas e em outros espaços do assentamento.

Desta forma, o gosto pelo trabalho com agricultura e a inexistência de escritos sobre o assunto na área do assentamento nos estimularam a desenvolver uma pesquisa voltada à temática.

Buscamos através de autores como Michelotti (2009), Michelotti e Rodrigues (2004), Michelotti, Ribeiro e Florêncio (2006) e Pereira (2013), discorrer sobre a luta pela terra na região do sudeste paraense; e Mazoyer e Roudart (2010), discutir a agricultura no mundo em uma perspectiva história, além de especificidades da atividade como a agricultura de corte e queima dos trópicos.

Este trabalho está estruturado a partir de dois capítulos, sendo o primeiro intitulado “A ocupação recente do sudeste paraense”, no qual buscamos enfatizar os principais processos históricos que culminaram na atual conformação da ocupação dessa região. No segundo capítulo, intitulado “Metamorfoses da Agricultura”, se encontra o principal produto deste trabalho, ou seja, os resultados da tentativa de entender como essas famílias seguem resistindo ao longo do tempo e praticando a agricultura.

METODOLOGIA

Para desenvolver o trabalho utilizamos como principal procedimento metodológico a entrevista por meio de um roteiro semiestruturado. Pensamos inicialmente em visitar 13 lotes e entrevistar as famílias moradoras dos mesmos. As famílias foram selecionadas levando alguns aspectos em consideração, tais como a distância de seus lotes até a vila, tempo de moradia no assentamento, principais atividades desenvolvidas em suas propriedades, entre outros aspectos.

Pensamos nesses três principais aspectos para escolha das famílias, por entender que nos ajudariam a conhecer melhor o processo de tomada de decisões por essas famílias no que se refere à agricultura.

A vila Ponta de Pedra fica às margens da rodovia Transamazônica/BR-230, próxima às cidades de Marabá e São Domingos do Araguaia. As vicinais que cortam o assentamento perfazem cerca de dez quilômetros da vila até o rio Tauarizinho. No período da pesquisa, estas vicinais apresentavam-se em bom estado, transitáveis de carro de inverno a verão, realidade muito diferente daquela de quinze anos atrás, quando se utilizavam animais (burros, cavalos e jumentos) para realizar os mesmos trajetos.

Da criação do assentamento até a abertura de todas as vicinais e estradas, transcorreram em torno de três anos, dificultando a escoação dos produtos produzidos nos lotes e a entrada de insumos não produzidos nos mesmos. Desta forma, buscamos entender se essa dificuldade de alguma forma influenciou na tomada de decisões por parte das famílias sobre o que produzir nos lotes.

O momento da chegada das famílias no assentamento é um dado importante para compreendermos o contexto em que chegaram, fosse no início, quando se fizeram as primeiras aberturas para implantação de roças para produção de culturas anuais, no auge das carvoarias ou mais recentemente com o predomínio da pecuária. Assim, procuramos entender se o momento histórico em que as famílias chegaram e as condições em que encontraram seus lotes influenciaram na tomada de decisões sobre quais atividades seriam implantadas.

Outros aspectos como os mercados para escoamento da produção, a região de origem, a composição etária e o grau de instrução, além das principais rendas, também foram variáveis importantes para selecionarmos as famílias a serem entrevistadas.

Ademais, o roteiro foi usado com o objetivo de entender como se deu a prática da agricultura dentro do assentamento, por isso, buscamos conhecer como, onde e de que essas famílias viviam antes de chegarem ao assentamento e se continuaram praticando as mesmas atividades ou se foram coagidas por diversos fatores a desenvolver outras, posteriormente à sua chegada.

Partimos ainda para outros campos de estudo, como buscar identificar quais as espécies vegetais e animais que eram encontradas no início do assentamento e quais ainda persistiam no período da pesquisa, fazendo uma breve relação do desaparecimento ou continuidade das espécies com os plantios praticados.

Imaginávamos que essas respostas nos auxiliariam a compreendermos como as famílias pioneiras mantiveram ou saíram do assentamento e o que motivou a vinda de novas famílias.

Devido a minha família morar no assentamento desde o início, sentimos muita dificuldade em obter as informações desejadas no momento das entrevistas. Ao realizarmos a sexta entrevista, vimos que não estava saindo exatamente de acordo com o que esperávamos. Ouvimos muito frases como: “você mora aqui desde o início, você sabe de tudo”. De certa forma, havia alguma verdade nessas afirmações e não podíamos forçar essas pessoas a seguir sendo entrevistadas.

Por outro lado, fazemos parte da Associação dos Pequenos Agricultores do PA Pimenteira (APAP), do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São João do Araguaia (STTR), da Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São João do Araguaia (COOMASJA) e da Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará (FECAT). A participação nessas entidades nos possibilitou um bom diálogo com algumas das famílias do assentamento.

Percebemos então que em conversas informais durante a visita às casas de vizinhos, em reuniões, com amigos, etc., em ocasiões nas quais não usamos gravadores, as informações fluíam normalmente. Vimos nessas oportunidades um meio viável para dar continuidade ao nosso trabalho. Cerca de vinte pessoas contribuíram dessa forma com dados sistematizados no presente trabalho.

Além das seis entrevistas baseadas no roteiro semiestruturado, as informações que constam neste trabalho, no que se refere ao assentamento, são diretamente proporcionadas por essas pessoas. Nem todas serão citadas no trabalho porque algumas informações se repetem, mas todos tiveram a mesma importância quanto à contribuição.

Os referenciais teóricos foram de grande importância para entendermos como se deu o processo de ocupação da Região Sudeste Paraense por diferentes frentes de expansão e também para compreendermos a importância da agricultura.

De documentos escritos sobre o assentamento tivemos acesso apenas ao Programa de Recuperação do Assentamento (PRA) e aos nossos trabalhos do 5º ao 8º tempo-espaco-localidade, que contribuíram para desenvolvermos o histórico do assentamento.

No início do trabalho pensamos em realizar algo que discutisse o distanciamento da escola em relação à temática da agricultura dentro do assentamento, mas no decorrer da

pesquisa optamos por discutir apenas como se deu a trajetória histórica dos sistemas agrícolas dentro do assentamento, deixando a abordagem escolar para um eventual desdobramento.

Caracterização da área de estudo

O Projeto de Assentamento Pimenteira está localizado no sudeste paraense, inserido na parte oeste do município de São João do Araguaia, situado a uma distância de 29 km da sede, a 28,4 km da cidade de Marabá e a 526 km da capital do Estado, Belém.

O principal acesso à área de estudo se dá pela Rodovia BR-230 (Transamazônica), no sentido Marabá–São Domingos do Araguaia, entrando à direita na altura do km 27, encontrando à frente, cerca de 300 metros, a Vila Ponta de Pedra, de onde partem as cinco vicinais encontradas no PA.

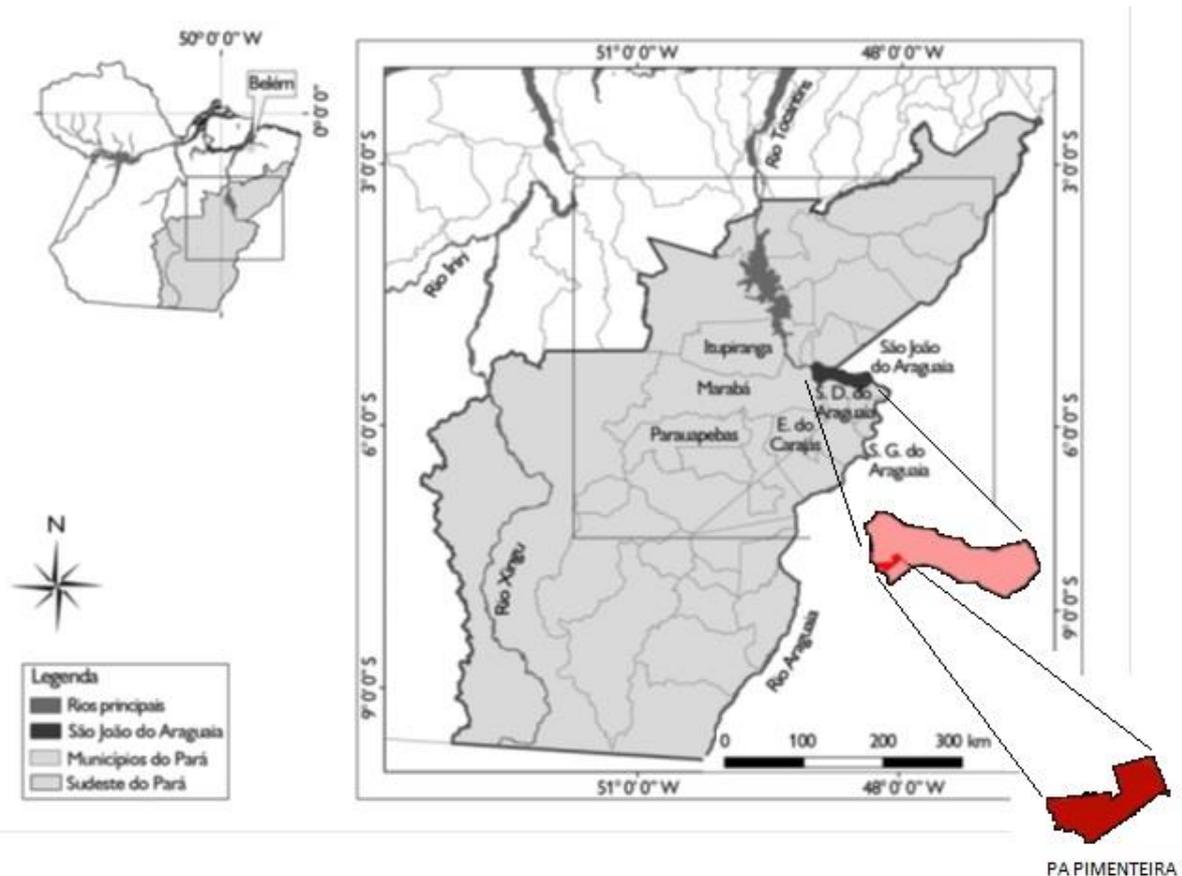


FIGURA 1: Localização do PA Pimenteira.

Fonte: Adaptado de mapa elaborado por Gabriele Ferreira, da Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia, do Museu Paraense Emílio Goeldi (NAASE, 2010), com junção de dados obtidos em SERVTEC (2010).

O PA ocupa uma área de 3.262,3991 hectares e tem como limites: ao norte, o PA Primavera do Araguaia; ao sul, o PA Veneza; a leste, o PA Primeiro de Março; e a oeste, o Rio Tauarizinho (SERVTEC, 2010).

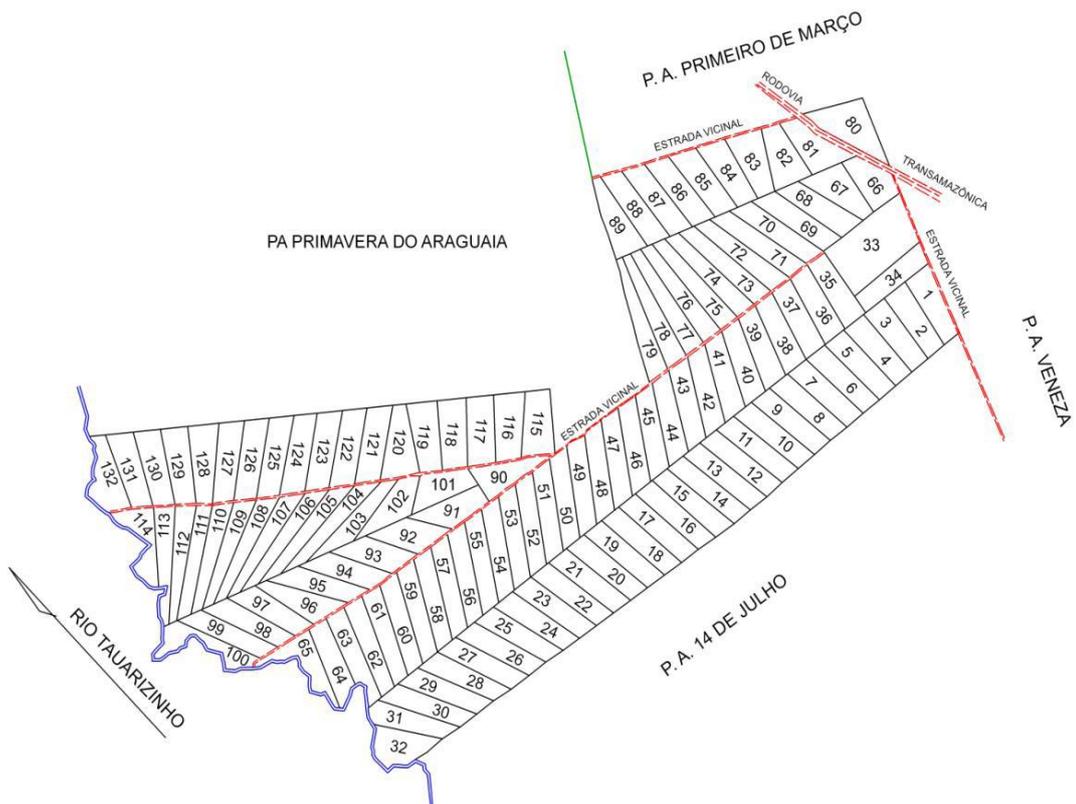


FIGURA 2: Confrontantes e limites do PA Pimenteira.
Fonte: SERVTEC (2010).

O PA Pimenteira tem um perímetro de 32,3 km², dividido em 132 unidades familiares que variam entre 21 e 33 ha. Uma parcela de 65,3949 ha foi destinada para a implantação da agrovila.

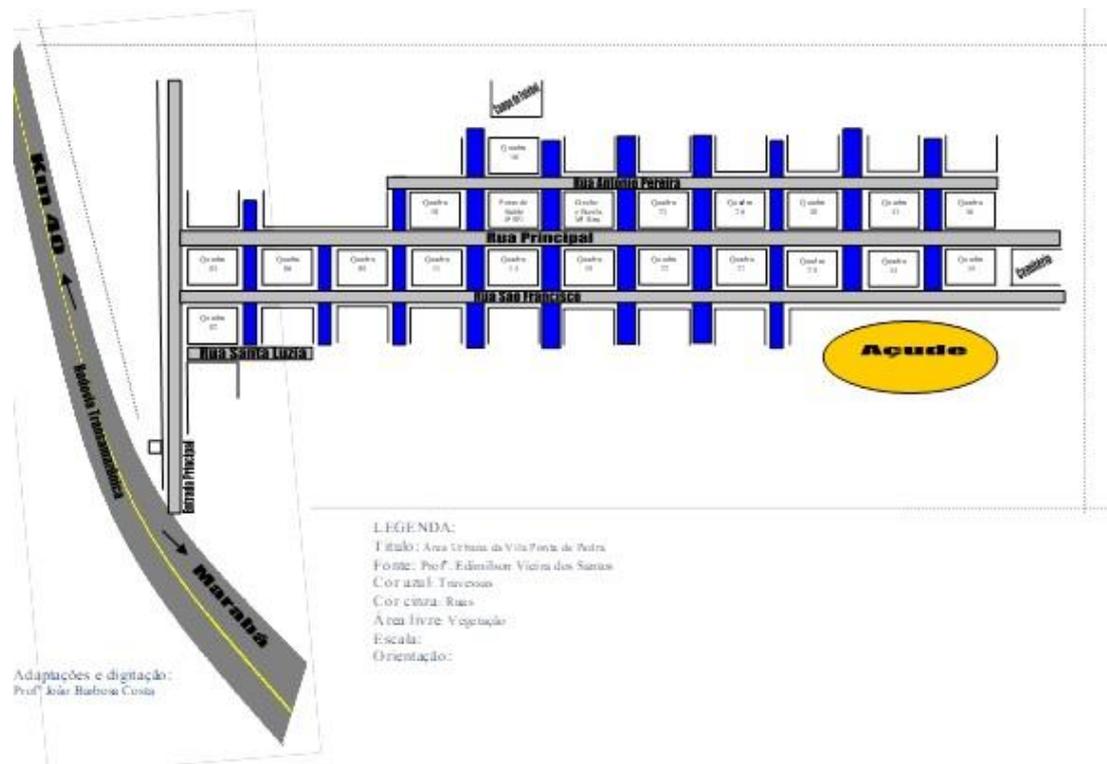


FIGURA 3: Croqui da Vila Ponta de Pedra.
 Fonte: Escola Maria Rita, 2007 (elaborado por Edmilson Vieira dos Santos).

Histórico de conquista do assentamento

O PA Pimenteira se encontra interligado ao PA Primavera do Araguaia e ao PA 4 de Junho, formando um bloco de assentamentos conhecido como Ponta de Pedra. Esse nome, que também era como se chamava a fazenda desapropriada, segundo alguns entrevistados, se deve ao limite dado pelo Rio Tauarizinho, em cujo leito aparece uma considerável quantidade de pedras com pontas afiadas no verão.

Os três assentamentos se encontram onde antes existia uma única fazenda. O Pimenteira e o Primavera do Araguaia tiveram o processo de conquista em um mesmo período, vindo o PA 4 de Junho a ser criado posteriormente. Nesse bloco foi criada uma vila que ficou localizada dentro do PA Pimenteira, às margens da Rodovia BR 230 (Transamazônica), com famílias dos três assentamentos e ainda por famílias que não são assentadas.

Faremos um esforço de nos direcionarmos ao nosso local de pesquisa como PA Pimenteira, mas hora ou outra estaremos nos remetendo à Ponta de Pedra, por estarem estritamente vinculados desde sua constituição.

Antes da ocupação da área pelas famílias e desapropriação pelo INCRA, ocorreram duas tentativas de conquista da mesma, ambas por grupos de posseiros¹. Uma primeira em 1992 e uma segunda em 1994. Ambas com insucesso, devido ao número reduzido de famílias, pouca organização por parte dos posseiros, falta de apoio de órgãos como o STTR e principalmente pelo grande apoio que o latifúndio tinha naquele momento por parte do Estado.

Alguns fatores ocorridos fora da área da fazenda levaram o fazendeiro a tomar uma decisão pouco observada até então na região. Um dos primeiros foi a ocupação da Fazenda Ubá em 1984, seguida pela criação do PA Castanhal Araras no ano de 1987 e mais recentemente, a ocupação da Fazenda Pastoriza em março de 1997, todas vizinhas. Outros motivos são apontados pelos entrevistados, como por exemplo, a existência de trabalho escravo na fazenda. Com a área rodeada de assentamentos já constituídos e outras fazendas ocupadas, o fazendeiro se sentiu pressionado a procurar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia. O mesmo propôs ao órgão que organizassem um grupo de trabalhadores para ocupar a área e em seguida procurar o INCRA para realizar os procedimentos legais para negociação e desapropriação da terra.

O sindicato mobilizou e cadastrou as famílias de trabalhadores rurais dando prioridade para os moradores do município. No dia 4 de junho de 1997, ocuparam a fazenda e montaram dois acampamentos, denominados “Linha Um” e “Linha Dois”.

O trabalho de mobilização das famílias foi realizado pelos delegados sindicais em suas respectivas comunidades. Em seguida, o sindicato organizou a ocupação, que teve início na madrugada da data supracitada, quando cerca de 350 famílias montaram acampamento na área da fazenda. As famílias das comunidades Apinagés, São João, Vila Diamante, Ubá e Prainha vieram de caminhão, enquanto as famílias das comunidades Consulta, Santo Antônio e Araras vieram a pé.

Os dois acampamentos foram montados estrategicamente nas duas estradas que davam acesso à fazenda, dificultando a entrada de outros grupos. A duração do acampamento

¹ Eram identificadas como posseiros, pessoas que atuavam espontaneamente em busca de conquistar um pedaço de terra, sem necessariamente o apoio de órgãos ou instituições.

foi de aproximadamente três anos, em um processo de organização no qual os trabalhadores ficavam quinze dias fora dos acampamentos, trabalhando para arrumar o sustento que asseguraria a permanência pelos quinze dias seguintes dentro dos mesmos.

Os primeiros dias dos trabalhadores nos acampamentos foram dedicados à construção dos barracos e logo em seguida foram criadas as comissões que eram responsáveis pela organização. Também foram criadas guaritas nas entradas de cada acampamento, onde as pessoas se alternavam em escalas para fazer a segurança. Posteriormente, o sindicato, fortalecido com as comissões, passou a trabalhar junto ao INCRA o processo de negociação para a desapropriação da área, o que levou dois anos, até a criação dos PAs.

Durante o período em que ficaram acampados, os trabalhadores passaram por muitas dificuldades, pois não tinham como trabalhar na área da fazenda, uma vez que o fazendeiro não permitia, o que restringia sua presença apenas aos acampamentos. No entanto, com o passar do tempo, os trabalhadores foram colocando pequenas roças nas proximidades dos acampamentos, onde plantavam milho, arroz, feijão, abóbora, macaxeira e legumes diversos. Os trabalhadores também começaram a adentrar a mata para caçar, coletar frutos de cupuaçu, castanha-do-pará e outros produtos da floresta, além de pescar nos córregos.

Naquela época era o seguinte, no inverno, de novembro pra frente, nos vivíamos de cortar castanhas e o cupu. Aí, eu saía pra mata todo dia, ajuntado o cupu e vendendo, e a castanha, eu cortava e saía daqui e ia vender lá em Marabá, todo final de semana. Eu vendia três a cinco sacos toda semana (Armando M. de Souza, entrevista concedida a Uelis M. de Souza em 28/04/2015).

No ano de 1998, o INCRA autorizou a negociação para a desapropriação da área e em abril de 1999 foi realizado o sorteio dos lotes, no qual todos os acampados, sem distinção de acampamentos, tinham oportunidades iguais na definição da localização.

A entrega dos lotes foi feita através de sorteio. Cada qual meteu a mão na vasilha e tirou o número do seu lote. A partir daí tinha um companheiro que era mais esperto, que era informado, que sabia lote por lote, ia dizer, mostrar onde era o lote de cada um. Meu lote foi o 101, vicinal 04, Pimenteira. (José de R. B. dos Santos, entrevista concedida a José Roberto D. da Silva em 24/04/2015).

Em 15 de Janeiro de 1998, saiu o decreto da desapropriação. Em 10 de setembro do mesmo ano, saiu a emissão de posse e finalmente, ainda no dia 23 do mesmo mês, saiu a

portaria de criação do Projeto de Assentamento Pimenteira, com capacidade de assentar 132 famílias, com áreas de 25 hectares para cada família. E neste mesmo ano, no dia 18 de setembro, saiu a portaria nº 0065 que criou o Projeto de Assentamento Primavera do Araguaia, com capacidade de assentar 170 famílias, com áreas de 25 hectares para cada família.

Ressaltamos que dentro do processo de desapropriação ficou uma área de 1.300 ha, que não foi desapropriada junto com as outras, devido ainda se encontrar em negociação junto ao INCRA. No ano de 2002, após o insucesso do fazendeiro em comprovar que a área lhe pertencia, a mesma foi desapropriada para criação do Projeto de Assentamento 4 de Junho, através da portaria nº 0019. Tal assentamento foi formalizado com capacidade de assentar 61 famílias, com área média de 25 ha para cada.

Os três PAs ficaram rodeados pelos assentamentos 1º de Março, Castanhal Araras, Ubá e Veneza. Cada assentamento possui suas vicinais pensadas estrategicamente para melhorar o escoamento da produção e ligar as famílias que moram nos lotes à vila ou à rodovia.

A Vila Ponta de Pedra está situada nas proximidades da rodovia, possuindo no período da pesquisa aproximadamente 3.000 moradores, entre assentados e outras famílias que encontraram na vila um lugar para sobreviver.

No período de realização da pesquisa, encontrava-se em funcionamento na vila a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Rita, que oferece o ensino fundamental, EJA – Educação de Jovens e Adultos, e cede ainda o espaço para a oferta do ensino médio, na modalidade SOME (Sistema de Organização Modular de Ensino).

A escola trabalha com 23 turmas do 1º ao 9º ano, entre ensino fundamental e EJA, totalizando 620 alunos e cede o espaço para três turmas do ensino médio com cerca de 130 alunos matriculados. Lembramos que nos três assentamentos existem oito vicinais com uma média de cinquenta famílias em cada uma e uma extensão que varia entre oito a dez quilômetros cada, contados da vila até as margens do Rio Tauarizinho, que é a divisa dos assentamentos.

O deslocamento dos alunos pelas vicinais até a escola é realizado por micro-ônibus e vans. Esse processo dificulta a chegada dos alunos à escola, principalmente no inverno, quando algumas vicinais ficam intransitáveis para veículos grandes, forçando os alunos a procurar outras formas de chegar à sala de aula. A atual escola encontra-se

superlotada, pois sua estrutura não é suficiente para receber todos os estudantes, o que levou a direção a adotar quatro turnos de aula.

Mesmo com essa manobra, a escola não suporta o quantitativo de alunos e aluga casas de moradores ao redor da escola para abrigar salas de aula. Esse problema vai ser minimizado com a construção de uma nova escola com a mesma capacidade, cujas obras se encontram em andamento.

Há também a Escola Municipal de Ensino Infantil Estrela do Futuro, que consegue atender todas as crianças da vila e das vicinais, começando a trabalhar com os pequeninos desde os três anos de idade e repassando os mesmos posteriormente para a “escola grande”, como eles chamam a Escola Maria Rita.

Há também um posto de saúde, uma quadra poliesportiva, um campo de futebol, cinco oficinas de motos, duas lanchonetes, três bares, uma padaria, seis igrejas protestantes, uma igreja católica, treze pequenas mercearias e três lojas de confecções. Estima-se a existência de cerca de quinhentas residências, com algo em torno de 90% dessas atendidas com sistema de abastecimento de água. Todas as residências da vila possuem energia elétrica, cobertura que chega a 98% dos domicílios nas vicinais. A vila também se encontra com cerca de 80% das ruas com calçamento, não possuindo sistema de esgoto.

CAPÍTULO 1. A OCUPAÇÃO RECENTE DO SUDESTE PARAENSE

1.1. O campesinato

O município de São João do Araguaia está situado no sudeste do Estado do Pará e foi emancipado no ano de 1961. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, contava com uma população de 13.155 habitantes no último censo demográfico (IBGE, 2017). Esta população é composta, predominantemente, por migrantes, oriundos de quase todo território nacional, em especial do Nordeste (HÉBETTE, 2004).

Naase (2010) relata que em torno de 38% de todas as famílias assentadas pela reforma agrária no Brasil, encontram-se na Amazônia brasileira. Um quarto das mais de 200.000 famílias em assentamentos amazônicos vive no sudeste paraense, o que faz da região uma das mais importantes na concentração de Projetos de Assentamentos (PA) no Brasil.

Para uma melhor compreensão dos processos ocorridos no sudeste paraense antes da criação do PA Pimenteira, no ano de 1999, é importante realizarmos uma breve explanação

sobre os principais acontecimentos que marcaram esta região. O faremos de forma superficial até porque esse não é o foco principal do nosso trabalho.

Foram várias as formas e diversas as motivações da migração para a Amazônia, mas há certo consenso na literatura de que houve uma intensificação da ocupação entre fim da década de 1960 e início de 1970, a partir de uma série de políticas governamentais que estimularam um forte fluxo migratório para a região (MICHELOTTI; RIBEIRO; FLORÊNCIO, 2006).

O Estado foi um dos principais responsáveis pelo processo de apropriação das terras públicas para concentração fundiária em propriedades privadas no sudeste paraense. Tanto por meio das intervenções diretas dos governos estadual e federal, como nos casos de omissão. Os estudos de Assis (2007) demonstram que o governo federal incentivou a ocupação das terras na Amazônia desde o governo de Getúlio Vargas. Verifica-se ainda uma estratégia recorrente por parte dos governantes para monopolizar as áreas agrárias do sudeste do Pará, no intuito da implantação de grandes projetos.

Em discurso proferido em Manaus, em outubro de 1970, a empresários beneficiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o então presidente, Emílio Garrastazu Médici propunha um programa integrado de colonização e de desenvolvimento que resolvesse simultaneamente dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia, por meio da redistribuição dos excedentes demográficos nordestinos nos espaços internos vazios, sobretudo no território de atuação da SUDAM (MÉDICI, 1970).

Em julho de 1970, um Programa de Integração Nacional foi anunciado, pelo governo federal, substituindo a abordagem desenvolvimentista predominantemente regional da década anterior por uma abordagem inter-regional. O elo entre Nordeste e Amazônia era a migração de famílias de uma região para a outra. A proposta parecia lógica: juntava uma região em que havia pouca terra disponível e um excedente populacional a outra em que se dizia haver abundância de terras e uma população rarefeita (VELHO, 2009). Neste período são criados os bordões, “terra sem homens para homens sem terras” e “integrar para não entregar”.

É possível perceber na proposta de Médici, que a nova economia para a Amazônia incentivada pela ditadura civil-militar teria um aspecto claro de trazer grande quantidade de famílias empobrecidas de todas as regiões do país, com foco principal naquelas oriundas do

Nordeste. Estas famílias se reverteriam em mão-de-obra barata para os projetos que seriam implantados posteriormente.

As razões da migração de famílias para o sudeste paraense são várias e incluem desde a expulsão de suas regiões de origem, por falta de oportunidades de trabalho, pela seca ou pela falta de terras para desenvolvimento da atividade agrícola, até o sonho de encontrar uma vida melhor. Este sonho foi alimentado pela possibilidade de obtenção de empregos na construção civil, como nas obras da Transamazônica e da Ferrovia da Companhia Vale do Rio Doce; de enriquecimento no garimpo de Serra Pelada; ou da conquista de um pedaço de terra. Todos esses elementos foram relevantes para estimular a ocupação dessa região por famílias de todas as regiões do país (NAASE, 2010).

Hébette, Alves e Quintela (2004) afirmam que ocorreram dois modelos de ocupação na região: a colonização dirigida, oficial ou governamental e particular por intermédio de firmas privadas; e a espontânea, feita pela força da vontade dos migrantes. A primeira consistia na instalação dos colonos migrantes em lotes regularmente esquadrihados, predominantemente de 100 ha, em um modelo mais tarde conhecido como “espinha de peixe”, em decorrência da existência de uma via principal e de várias vicinais transversais, onde foram distribuídas as famílias (MICHELOTTI, 2009).

Esse modelo incluía ainda as glebas, com lotes maiores cujas áreas variavam entre 500 e 3.000 ha, destinados a empresas agrícolas ou grandes fazendeiros (MICHELOTTI, 2009). É importante enfatizarmos este fato, pois a fazenda desapropriada para a criação do PA Pimenteira foi um desses empreendimentos no passado.

Esse modelo de ocupação era coordenado pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), criado em 1980, para regularização fundiária, com uma área de abrangência de 40 milhões de hectares, subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (LIMA, 2015). O GETAT foi extinto em 1987 e teve suas competências transferidas para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (PENNA, 2014), que, entretanto, já existia desde 1970.

Segundo Pereira (2013), a previsão do governo era a de instalar, sob a coordenação do INCRA, 100.000 famílias de trabalhadores rurais até o ano de 1974, cada família em um lote de 100 hectares, que teria também como direito: “serviços médicos, ajuda de custo no valor de seis salários mínimos, quatro hectares de roça pronta, créditos bancários, estradas, compra da produção e uma casa na agrovila” (PEREIRA, 2013, p. 61).

Mas Hébette (2004) nos relata que grande parte das promessas do governo às famílias não foram cumpridas, sendo atribuído o fracasso da distribuição de terras aos trabalhadores rurais à ditadura civil-militar, atrelada a interesses políticos ou comerciais e descompromissada com o campesinato da região.

Os frutos da colonização oficial não corresponderam, nem de longe, às expectativas despertadas por uma propaganda irresponsável motivada por objetivos políticos ou puramente comerciais. Seria injusto atribuir ao INCRA à origem de todas as frustrações. Muitos dos fracassos registrados se devem mais à política agrícola global do Estado, à marginalização generalizada da pequena produção de alimentos, à pressão dos objetivos de Segurança Nacional (HÉBETTE, 2004, p. 284).

O segundo modelo de ocupação, de acordo com Michelotti (2009), trata-se da colonização por força de vontade dos migrantes, que difere do primeiro modelo porque as famílias demarcaram, elas próprias, os seus lotes, com tamanhos variados, tendo como principais locais de ocupação áreas de terras devolutas, castanhais ou grandes fazendas para criação de gado. Hébette, Alves e Quintela (2004), chamando os castanhais de florestas privatizadas, apontam para o predomínio destes dois últimos na região de Marabá.

Desta forma, na região onde o PA Pimenteira se encontra, à exceção de alguns casos de colonização oficial, predominou o segundo tipo, com a ocupação espontânea por migrantes de áreas previamente distribuídas entre médios e grandes latifundiários.

Michelotti (2009) afirma ainda, que a região teve três frentes mais ativas em sua ocupação: (i) os lavradores da frente maranhense; (ii) os médios fazendeiros conhecidos como “baianos” ; (iii) os grandes fazendeiros de fora e também de Marabá. Segundo este autor, os médios e grandes fazendeiros tinham muito mais facilidade para legalizar as terras ocupadas, impulsionando as famílias maranhenses a se adentrar cada vez mais para o interior, ou seja, para mais longe dos centros urbanos.

Pela proximidade com o sudeste paraense, as famílias de agricultores maranhenses foram parte significativa do fluxo migratório para esta região. Velho (2009) descreve como se deu esse processo. Para o autor, no início dos anos 1950, muitas famílias do Estado do Maranhão, particularmente aquelas que viviam nas proximidades do rio Tocantins, atravessavam para o Pará em busca da castanha-do-pará, peles de animais e diamantes. Aos poucos, alguns começaram a ficar no Pará, atraídos pela grande extensão de terras livres e pela existência de ocupações alternativas como o garimpo e o extrativismo. Viviam bastante

isolados, com predominância das atividades de subsistência, mas alternando durante o ano atividades agrícolas, extrativismo vegetal, garimpo de diamantes, caça e pesca.

Outra estratégia de sobrevivência destas famílias era trabalhar para os grandes fazendeiros que começavam a levantar seus impérios na região, embora temporária (VELHO, 2009). Em geral, trabalhavam por pouco tempo, o suficiente para acumular o bastante para seguir em frente, em busca de seu próprio pedaço de terra, sonho comum à maioria das famílias.

1.2. A concentração de terras a partir dos aforamentos

Emmi (1999) descreve que, em meados de 1920, uma das maiores produções da região de Marabá provinha da coleta da castanha-do-pará, período em que houve um declínio da economia da borracha. A extração da castanha era realizada em toda a região, de forma livre em áreas de terras públicas, atividade desempenhada pelas famílias locais.

Essa forma de coleta livre nos castanhais começa a sofrer alterações a partir de 1925. Segundo Velho (2009b), os governantes estaduais passaram a desenvolver estratégia para a dominação das terras, em áreas contendo castanhais. A primeira ação do governo foi a criação do sistema de arrendamento dos castanhais, uma forma de domínio temporário, posteriormente convertido em aforamento praticamente perpétuo, diante da possibilidade de renovação.

Esses castanheiros arrendatários eram geralmente escolhidos por lideranças políticas locais, na maioria das vezes, ligadas ao governo estadual. O arrendatário exercia uma função de “gerenciador da produção da castanha” (EMMI, 1999; VELHO, 2009b).

Essa foi uma das formas que o governo do Estado, fazendo uso dessa estratégia encontrou para exercer uma dominação nas áreas de castanhais, vindo a privilegiar vários grupos locais com extensas áreas de terras. O que fica claro na citação a seguir.

O novo sistema começou a surgir a partir de 1925. Aparentemente, foi uma reivindicação do chefe político local de então – Teodoro de Mendonça – aos seus correligionários no Governo do Estado de uma arma para favorecer os elementos da situação e controlar o comportamento político. Como os arrendamentos seriam provisórios - em geral por uma safra – podiam, a juízo do chefe político, deixar de serem renovados. Esperava-se que os aquinhoados, em troca do prestígio e do poder advindos, fossem capazes de retribuir politicamente a graça recebida (VELHO, 2009b, p. 53).

Essas poucas famílias eram as que de fato detinham os cargos políticos municipais, exercendo uma forte relação de exploração sobre as terras e sobre os coletores de castanha (ASSIS, 2007). Em consonância, Emmi (1999) menciona a formação da oligarquia dos castanhais, envolvendo grupos econômicos e políticos locais privilegiados pelas intervenções do governador do Estado à época, por meio do Decreto-Lei nº 3.143, de 11 de novembro de 1938, que regularizou a prática monopolista da terra e dos bens naturais da região sudeste paraense por algumas poucas famílias.

No entanto, em 04 de dezembro de 1954, novas regras passam a vigorar, com a criação da Lei nº 913, estabelecida pelo General Assunção. Velho (2009b) observa que esta introduziu “importantes modificações no arrendamento de terras devolutas do Estado, para fins de exploração por indústrias extrativas” (p. 67). Uma alteração significativa foi com relação ao período de arrendamento da exploração dos castanhais, que anteriormente vigorava por uma safra e passou então a perdurar por um período de cinco anos.

Posteriormente, nova alteração introduziu o direito ao aforamento perpétuo dessas áreas, que, entretanto, não implicava na propriedade efetiva das mesmas, o que não impediu o falseamento de documentos das terras, adquiridos em cartórios da região, e que aumentavam consideravelmente os limites das extensões aforadas.

Esta ilegalidade da posse das terras de antigos aforamentos seria questionada pela ação de posseiros e, posteriormente, pela estratégia de ocupação destas áreas por meio de acampamentos adotada pelos movimentos sociais na região. Assim como na época dos aforamentos, o extrativismo ainda manteve importância fundamental enquanto atividade econômica na fase de acampamentos e após a criação dos assentamentos, embora sem a figura do patrão nessa nova estrutura fundiária.

A atividade do extrativismo durante o acampamento e nos anos iniciais logo após a criação do PA Pimenteira esteve em seu ápice e foi essencial para auxiliar no sustento das famílias, devido à grande maioria não contar com uma fonte de renda fixa. Encontravam-se com abundância na área do assentamento, o ouriço da castanha-do-pará e frutos como o cupuaçu e outros. A proximidade com a rodovia e a cidade de Marabá facilitava a venda desses produtos.

Até as famílias conseguirem certa estabilidade em seus lotes, essa atividade foi fundamental para a permanência das mesmas no assentamento. Com o passar dos anos, o

aumento das derrubadas da floresta, o uso do fogo, a ação de carvoarias e serrarias, além da formação de pastagens, praticamente extinguiram essa atividade, que ainda persiste em pequena escala através da coleta de açaí ou da extração de madeiras para estacas.

1.3. Os grandes projetos

Nas décadas de 1960 e 1970 foram anunciados vários projetos rodoviários para a região, como a construção da Rodovia Cuiabá-Santarém, a pavimentação da Belém-Brasília, a abertura da PA-150, além da abertura de uma rodovia ligando as regiões norte e nordeste do Brasil, a Rodovia Transamazônica (VELHO, 2009), que cobre uma extensão de 4.962 km.

A construção das rodovias estimulou a colonização às suas margens, contribuindo para um forte afluxo populacional, mas também foi pensada de forma concatenada com outros grandes projetos implementados ou em vias de implementação na região, que, por sua vez, foram indutores de fluxos migratórios, assim como o garimpo também o foi.

O auge dos garimpos ocorreu por volta do ano de 1985, com mais de 500 mil pessoas amontoadas em aglomerações em Marabá, Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Parauapebas e Rio Verde, todas fascinadas por uma oportunidade no garimpo de ouro em Serra Pelada ou por empregos no Programa Grande Carajás (PGC) (FERREIRA; SALATI, 2005; NAASE, 2010)

A descoberta de garimpos de ouro, sendo o mais conhecido o de Serra Pelada, na década de 1980, atraiu milhares de migrantes para o sudeste paraense, provocando mudanças na economia e nos modos de viver regionalmente. Em seu auge, houve mais de 80 mil garimpeiros concentrados em Serra Pelada, pessoas vindas de todas as partes do Brasil em busca de riqueza.

Com o fechamento do garimpo no final dos anos 1980, boa parte dessa população permaneceu na região, se tornando, posteriormente, clientela da reforma agrária e iniciando os primeiros acampamentos também ao final da mesma década, sendo o PA Castanhal Araras, no Município de São João do Araguaia, pioneiro nesse processo (NAASE, 2010).

Nos anos 1980, inicia uma nova fase na Amazônia e também no sudeste do Pará. Começa a busca por recursos escassos no mercado mundial, tais como madeira e energia elétrica; além daqueles cuja demanda se tornou crescente pela tecnologia moderna, como o alumínio; e matérias-primas tradicionais, mas abundantes na região, como o minério de ferro.

Nesse período, o PGC começa a ser implantado, com uma extensão territorial de 900 mil km² (FERREIRA; SALATI, 2005).

O PGC se constituiu em uma tentativa de coordenar a execução de projetos minero-metalúrgicos já existentes, tais como o Projeto Ferro Carajás, a Albrás, a Alunorte, a Alumar e a Usina de Tucuruí, e de concentrar ainda mais os recursos estatais e os oriundos de incentivos fiscais e creditícios (MONTEIRO, 2005). Teve ainda como desdobramento, a construção da Estrada de Ferro Carajás, interligando o município de Parauapebas, no Pará, à capital do Estado do Maranhão, São Luís, com o objetivo de transportar minério. Em 27 de março de 1986, foi inaugurado o trem de passageiros, passando a transportar milhares de famílias maranhenses para o sudeste paraense, em busca de oportunidades de emprego e vida melhor.

Há de se destacar dentre os grandes projetos, a ação das siderúrgicas no sudeste paraense, por ter uma ligação direta com o aumento acelerado da derrubada das florestas nativas para produção de carvão. No PA Pimenteira, esta atividade foi praticada inicialmente pelo fazendeiro e posteriormente pelos assentados, oscilando sua produção de acordo com a demanda das siderúrgicas.

1.4. A ação das madeireiras e serrarias

Fearnside (1988) apontava para o aumento no número de serrarias como um dos fatores que ocasionaram mudanças rápidas no quadro do desmatamento da Amazônia, movido principalmente pela elevação do preço da madeira nos mercados internacionais, sobretudo em função da drástica diminuição das florestas na Ásia. Além disso, acrescentava que antes, “a madeira era explorada só na base artesanal” (p. 29), mas o processo foi se mecanizando, com o uso de motosserras, embora o incremento tecnológico não tenha eliminado danos severos à floresta.

No processo de derrubada das árvores desejadas, muitas outras árvores ficam seriamente danificadas. Fazendo uso desse modo de derruba, as florestas ficam muito mais susceptíveis à entrada do fogo, como aquele vindo das áreas de pastagens queimadas anualmente, que pode devastar grandes trechos de mata.

Segundo Asner et al. (2009), durante os três primeiros séculos de colonização europeia, a atividade madeireira na Amazônia ficou restrita a um volume de extração em

florestas de áreas alagáveis ao longo dos principais rios, com importância secundária em relação ao extrativismo de itens como a castanha e a borracha.

Somente por volta dos anos de 1950 que as serrarias industriais, em sua maioria, subsidiárias de grandes companhias internacionais, começam a atuar no estuário do Amazonas para a produção de madeira de alta qualidade e laminados para exportação. Inicialmente restrita à várzea, pela logística pouco complexa, a atividade madeireira migra para as florestas de terra-firme, acompanhando a abertura de rodovias nas décadas de 1960 e 1970 em toda a Amazônia (ASNER et al., 2009).

De acordo com Michelotti (2007), na região de Marabá foram raríssimos os casos em que a própria serraria era proprietária da área a ser explorada. Geralmente, predominava a compra de madeira de terceiros, podendo ser de fazendeiros, camponeses ou outros. Quando a área era do fazendeiro, predominava a venda da madeira no intuito de desmatar a área para a implantação de pastagens. Já em área de camponeses, a venda estava comumente associada à limpeza das áreas para se colocar roças e posteriormente plantar pasto.

Oliveira e Almeida (2010) relatam que ao longo da atividade madeireira na região ocorreu uma prática relativamente comum entre agricultores e madeireiros, onde se estabeleceram relações informais como estratégia para ambos os lados. Os madeireiros, durante o processo de extração da madeira, viabilizavam a abertura e manutenção de estradas, o que facilitava o deslocamento de pessoas e o escoamento da produção para os centros urbanos.

Esses ramais [abertos pelos madeireiros], mesmo sendo construídos de modo a durar não mais que o período de extração, favorecem a ocupação das áreas, quer seja quando os madeireiros são os primeiros a chegar, quer seja quando a exploração madeireira se inicia quando pequenos agricultores já estão instalados e a abertura desses ramais permite romper o isolamento desses locais, melhorando as condições de comercialização de produtos e tornando menos difícil o acesso a serviços urbanos. Por esta razão a maior parte dos agricultores comercializa algumas toras de madeira, principalmente quando recém-instalados. Isso só não acontece quando chegam após os madeireiros, como não é raro na Região (MUCHAGATA et al., 1996, p. 24).

Para os madeireiros, essas relações eram desejáveis por ter se constituído uma dependência por parte dos agricultores e uma forma de dominação dos primeiros sobre os últimos (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2010). Se remetendo à contribuição de Muchagata et al. (1996) citada acima, Michelotti (2007) declara que são vários os relatos da importância da

venda de madeira para os produtores familiares, sobretudo em regiões de fronteira, não somente pela renda obtida, como também pela possibilidade da abertura de ramais pelas empresas madeireiras. Alguns dos nossos entrevistados nos relataram como esse processo ocorreu após a constituição do assentamento.

Nossas maiores dificuldades era ter acesso ao lote. Sem acesso, nós tinha que vir passando por cima de castanheira caída em cima da picada, vereda. Pra chegar no lote não tinha acesso, o INCRA deixou um bom tempo sem dar manutenção, sem fazer estrada. Se não me engano, foi uns dois ou três anos ficamos sem estrada, aí fui obrigado a vender madeira para os madeireiros fazerem o ramal. Como eu falei, pra gente ter o acesso ao lote (José de R. B. dos Santos, entrevista concedida a José Roberto D. da Silva em 24/04/2015).

Quando ganhamos o lote tinha muita castanha, mas como não tinha condição para sobreviver, não tinha socorro de nada, ajuda da associação, sindicato... Então para sobreviver daqui de dentro, vendemos a castanha em fruto, depois a árvore, o açaí, o cupu inteiro, o azeite de coco, a luta foi grande, só não desistiu porque queria uma coisa para sobreviver depois. A venda das árvores de castanha foram por necessidade, se fosse por querer, estariam todas aí, como estão essas novinhas que venho conservando (Ana Zélia L. da Silva, entrevista concedida a Antonio Simão R. Rocha em 11/11/2015).

Aqui a pessoa vendia uma castanheira era por fome, porque nós vivia de cestas básicas do INCRA e que nenhum cidadão que comanda o governo federal querem uma cesta básica daquela nem para dar para os outros, mas nós comemos por dois anos pra ganhar esta terra (Daumir M. de Oliveira, entrevista concedida a Uelis M. de Souza em 07/05/2015).

Tudo era difícil no começo. Pra fazer essa vicinal aí nós demos a madeira pro pessoal da serraria pra eles abrir a estrada pra nós. Cada um do lote deu duas castanheiras (Eneas C. de Souza, entrevista concedida a José Roberto D. da Silva em 23/04/2015).

Nesses fragmentos das entrevistas, podemos ter uma noção de que houve diversos motivos que levaram as famílias a venderem as árvores, sendo na maioria das vezes uma das formas encontradas para sobreviverem naquele momento, como afirma também o entrevistado: “foi a necessidade, aliás, todo mundo foi necessidade, porque você não vai pegar uma coisa e vender sem necessidade” (José L. da Silva, entrevista concedida a Antonio Simão R. Rocha em 11/11/2015) .

A atividade madeireira existiu na fazenda onde hoje se encontram os três assentamentos, desde a chegada das serrarias na região. Primeiro, foram vendidas as madeiras

chamadas de lei, como o mogno, o cedro e, posteriormente, as melhores castanheiras. Com a criação dos assentamentos, essa atividade continuou aproximadamente por uns três anos, acarretando na extração de todas as espécies que eram viáveis para as serrarias.

Neste tocante, um dos entrevistados nos relata um pouco do que vivenciou:

Tinha carro lá que dava era cinco viagem por dia, era só levando pro Marabá, jogando a madeira lá e voltando de novo, castanha grossa, topada. Os caminhões faziam valetonas na porta de casa, passava caminhão topado de madeira um atrás do outro. Quando não passava, tinha um trator de esteira só para empurrar, era uns pezão de madeira, aquelas que quebrava uma gaia deixava pra lá e tirava outra. Aí começou fazer esplanada dentro do mato, aí acabou com tudo, aí os sem terras que pegaram mata tiveram de fazer roças, fazer pastos, aí acabou tudo, se acabou mesmo, agora é só nós passar a história pro nossos filhos (Lourival C. Vicente, entrevista concedida a Antonio Simão R. Rocha em 17/03/2015).

Na fase do fazendeiro se fez a extração das melhores árvores de castanha-do-pará e de madeiras nobres como o mogno, o cedro e outras. Posteriormente, durante e após a conquista da área pelas famílias se realizou o corte das que sobraram e ainda interessavam às madeiras. Para os assentados, essa atividade teve grandes impactos, embora alguns tenham sido positivos, devido às madeiras estarem assumindo deveres do Estado, que se omitiu ou demorou em cumpri-los, como a abertura de ramais. Contudo, em meio a todas as mazelas deixadas pelas madeiras, uma parte significativa da floresta permaneceu de pé, apesar do menor porte, sofrendo uma nova drástica alteração com a intensificação da ação das carvoarias no assentamento.

1.5. As carvoarias

Segundo Fearnside (1988), a produção de ferro gusa na região de Marabá teve início no ano de 1988, obtida com o uso de carvão vegetal, proveniente de árvores da floresta nativa.

Na produção do carvão vegetal, a floresta é derrubada e se faz uma queimada leve, para eliminar folhas, galhos mais finos e cipós, o que facilita a retirada das toras e permite obter o máximo rendimento em lenha. A maioria dessas áreas torna-se imprestável para o plantio de culturas anuais, porque a queimada é realizada de modo inapropriado e há um tráfego contínuo de veículos para o transporte de lenha e carvão.

Assim como a extração madeireira, a atividade de carvoaria já era praticada pelo fazendeiro. Entretanto, boa parte das famílias que trabalhava para o fazendeiro e morava na fazenda foi assentada e continuou derrubando a floresta e a transformando em carvão. Além dessas, muitas outras famílias também aprenderam a atividade de carvoaria. Esse período foi o mesmo em que as siderúrgicas estavam em plena ascensão na região, culminando com a devastação de significativa parte da cobertura florestal do assentamento, algo comum no entorno de Marabá.

Estaremos baseando nossas afirmações sobre o processo de chegada das carvoarias dentro do assentamento na entrevista concedida pelo entrevistado Lourival Conceição Vicente, juntamente com sua família, vinda do Estado da Bahia. De acordo com Nego, eles teriam sido trazidos pelo dono da fazenda para trabalhar em carvoarias na região. Em um primeiro momento, trabalharam no município de Nova Ipixuna – PA. Em seguida, foram morar na fazenda que posteriormente veio a se tornar os assentamentos nos quais desenvolvemos a pesquisa. A família vivenciou a relação com as carvoarias, o período de acampamento, foi assentada, vendeu seu lote e hoje mora na vila, vivendo de outras atividades, em uma trajetória que sintetiza a de inúmeras outras famílias.

Quando chegamos aqui em setembro de 1987, primeiro fomos para o município de Nova Ipixuna, ali no [Km] 41. Lá, a carvoaria era grande, uns trezentos fornos só num lugar. Foi derrubado muitos hectares de mata. Lá é que foi o começo de tudo, as carvoeiras que tinham aqui eram caieiras no chão, não tinha carvoeiras aqui não (Lourival C. Vicente, entrevista concedida a Antonio Simão R. Rocha em 17/03/2015).

Para produção de uma tonelada de ferro gusa são necessários 875 kg de carvão vegetal, cuja obtenção requer a utilização de pelo menos 2.600 kg de madeira seca, o que implica, quando se utiliza lenha originária de matas nativas, no desmatamento de pelo menos 600 m² (MONTEIRO, 2004). Estes dados nos servem para lembrar o quão grande é a destruição para a produção do carvão vegetal e como se pode erradicar rapidamente uma área de floresta.

Segundo relatos dos entrevistados, o senhor Paulo Mariano, pretense dono da fazenda, comprou essa área onde hoje se encontram os assentamentos no ano de 1988, com cobertura vegetal totalmente íntegra, um grande castanhal. O objetivo principal do fazendeiro era transformar a floresta em carvão vegetal, em um primeiro momento, e em seguida ir

plantando capim para criação de gado, processo que continuou até a entrada das famílias nos acampamentos, em 1997.

Não foi possível obtermos dados reais da quantidade de floresta derrubada, mas dentre os oitocentos alqueires, área que correspondia à fazenda, em torno de duzentos alqueires de florestas foram derrubados e transformados em carvão vegetal nestes nove anos de destruição. Só em 1999, quando o fazendeiro vendeu a área para o INCRA, ainda no período dos acampamentos, é que diminuiu essa produção, por acordo dos acampados.

No auge, antes dos sem terra entrarem aqui não tem como dizer exato quantos fornos tinha, mas era assim de 30, 40 fornos e quando pequena, uns 10. Era assim, os fornos ficavam próximos das famílias e das matas, de acordo como as matas iam se acabando, as famílias iam se deslocando. Era ligeiro acabava, era de 40 a 50 motor, trabalhando direto. Girico, era mais de vinte, lembro como fosse hoje. Já pensou, vinte girico e uns trinta motores trabalhando todo dia? Dá nada não, lá eles derrubavam não era nem um nem dois alqueires não, era de muito, de dez alqueires pra frente. [...] Vamos dizer que chegamos aqui finalzinho de 87 e esse movimento continuou até a época que os sem terra entrou na fazenda, em 99, derrubando, queimando, plantando arroz, milho, capim [...] aí era só desmatando, nesse tempo ninguém não pensava em deixar nem um pé de pau em pé, era só devorar mesmo, acabava aqui, mudava os fornos mais pra dentro (Lourival C. Vicente, entrevista concedida a Antonio Simão R. Rocha em 17/03/2015).

Após a criação dos assentamentos e a divisão dos lotes, a ação das carvoarias continuou e de forma mais intensificada, porque foi o tempo em que o carvão elevou seu preço na região. Toda a estrutura continuava agora nos assentamentos: fornos, tratores, motoqueiros e pessoas. Apenas mudaram os atores: antes era o fazendeiro, agora eram os assentados destruindo a floresta para produção do carvão.

O preço de um metro cúbico de carvão, que valia em torno de R\$ 30,00 a R\$ 40,00, subiu rapidamente, chegando, no seu auge, ao valor R\$ 120,00. Essa atividade provocou um alvoroço no assentamento, aceleramento rapidamente o processo de desmatamento das florestas que tinham escapado à ação das madeireiras e do fogo.

As famílias que trabalhavam para o fazendeiro na produção do carvão, foram em sua maioria assentadas e ensinaram as novas famílias a desempenhar a atividade.

O povo aprendeu a ganhar dinheiro, aí o povo botou para destruir, aí já mudou o jeito. Aí o povo viu dinheiro, aí quando viram dinheiro, aí que a destruição foi maior, porque tudo que nós achava, nós derrubava, não queria saber se era de lei, se era barrote, derrubava tudo, tudo ia para o forno.

Agora, o dinheiro não era pro patrão, agora o dinheiro era pra si, luxar, comprar moto, carro... E naquele tempo não, ninguém não tinha moto, tinha uma bicicleta velha amarrada (Lourival C. Vicente, entrevista concedida a Antonio Simão R. Rocha em 17/03/2015).

O aumento repentino no preço do carvão foi um grande determinante do avanço rápido da produção e da destruição das florestas nos assentamentos e municípios circunvizinhos do Polo Industrial de Marabá. Deste momento em diante, já não existiam regras para a escolha das madeiras para produção de carvão. Todas, sem distinção, virariam carvão com o passar do tempo.

A grande maioria dos assentados teve sua parcela de contribuição nesta destruição, uns de forma mais direta, caso dos que colocaram “baterias de fornos” em seus lotes; outros que faziam arranjos, como por exemplo, o carvoeiro que fazia o roço e a derrubada para o agricultor e em troca ficava com toda a madeira. Muitos foram os arranjos realizados para manter contínua a produção de carvão.

Desta forma, se iniciou derrubando as florestas, fazendo uso das madeiras para produção do carvão e usando a área posteriormente para o plantio das culturas do arroz, milho, mandioca e, finalmente, capim. Porém, com o aumento excessivo do preço, algumas famílias chegaram ao extremo de derrubar a floresta unicamente com objetivo de produzir carvão, abandonando a área sem o plantio de nenhuma cultura.

Por algum tempo, algumas famílias conseguiram manter ou aumentar sua renda à custa da produção de carvão. Por outro lado, tiveram de diminuir ou abandonar a produção agrícola de alguns alimentos, como o arroz e o milho. Entretanto, a cultura da mandioca para produção de farinha sempre esteve presente, desde o início do assentamento, seja para consumo ou para venda.

Após cerca de três anos com a produção de carvão sendo desenvolvida em larga escala no assentamento, a floresta não resistiu e foi quase erradicada, sobrando alguns poucos fragmentos, em sua grande maioria, nos lotes dos que resistiram à tentação de não derrubar a mata para produção do carvão. Entretanto, o preço do metro cúbico do carvão prosseguiu elevado e precisava-se encontrar matéria-prima para produção de carvão em algum lugar.

Em decorrência, partiram para a derrubada das capoeiras mais velhas e inclusive de plantas frutíferas mais grossas, como mangueiras e jaqueiras. Em seguida, umas das ultimas alternativas a ser desenvolvida foi a produção do carvão a partir das sobras das castanheiras deixadas pelas madeireiras. Cortava-se tudo, tocos, galhos e raízes. As grandes

árvores derrubadas que não serviram aos interesses dos madeireiros foram cortadas em pequenas toras e rachadas até o ponto de estarem propícias à transformação em carvão.

Você enchia o forno e com três dias tinha de tirar, tirava era quente, jogando água. Muito cara morreu estuporado, adoecia e não sabia o que era e morria, eu mais a mãe cansamos de entrar em forno com fogo na porta, que queimava os cabelos da pestana, mas nós tínhamos de tirar porque o chefe falava que queria a gaiola de carvão no dia, então tinha de estar pronto (Lourival C. Vicente, entrevista concedida a Antonio Simão R. Rocha em 17/03/2015).

O período do auge das carvoeiras no assentamento passou, deixando sua marca, ou seja, a diminuição significativa das florestas nativas, processo de difícil reversão. Mas ainda encontramos algumas poucas porções de florestas, principalmente nos lotes em que os moradores optaram em não trabalhar com o carvão. Os lotes em que a mata foi totalmente derrubada se encontram hoje em pastagens ou abandonados, enquanto se espera o processo de regeneração natural da floresta para que se possa voltar a trabalhar nessas áreas.

1.6. Pecuária

A expansão da pecuária se deu em todo o sudeste paraense, em áreas de antigos castanhais e nas novas fazendas sob controle de grupos empresariais, começando por Marabá e adentrando, aos poucos, os municípios circunvizinhos como São João do Araguaia e Itupiranga.

Sobre essa questão, Hurtienne (1999) argumenta que esta expansão foi fortemente influenciada pela instabilidade da posse da terra pelos camponeses, em um contexto de disputa territorial com as oligarquias e grandes empresas, aliada à inexistência de políticas mais amplas e organizadas de colonização. O mesmo autor alertou para a tendência à pecuarização, já que nos latifúndios prevalecia a derrubada da floresta para formação de pastagens e entre os posseiros predominavam sistemas de produção pouco complexos, baseados no corte e queima da floresta para implantação de roças de arroz, milho, feijão e outros, substituídos precocemente pelo pasto após dois ciclos culturais.

A partir de modificações na lei de aforamento dos castanhais, dando margem para o seu arrendamento perpétuo, amplia-se a formação de pastagens artificiais e a criação de gado associado ao extrativismo da castanha. Na década de 70, o gado assume uma

importância maior, levando inclusive a uma significativa substituição dos castanhais por pastagens. Em Marabá, as terras foram amplamente ocupadas por estes castanhais associados à pecuária, de maneira que migrantes que tentavam estabelecer uma agricultura de subsistência complementada pela coleta da castanha, garimpo de diamantes e venda de peles de caça, tendeu a se situar nos municípios menores e mais afastados como São João do Araguaia (MICHELOTTI, 2009).

Nos anos 80 e meados dos anos 90, houve no sudeste paraense uma trajetória fortemente direcionada ao aumento da criação de bovinos, em conjunto com a agricultura temporária de corte e queima (MICHELOTTI; RODRIGUES, 2004).

Michelotti e Rodrigues (2004) nos explicam, a partir da contribuição de Reynal e colaboradores, que esse processo de crescimento da presença da pecuária nos estabelecimentos camponeses começa antes mesmo do processo de criação dos animais em si, a partir do plantio das pastagens em conjunto com culturas temporárias. Somente numa fase posterior, quando a família consegue minimamente se estruturar, que as cercas são construídas e o gado pode ou não ser comprado, se for adquirido inicialmente “na meia”.

A partir das lutas dos movimentos sociais camponeses, ocorre uma transição do predomínio de grandes propriedades de poucos donos para a criação de inúmeros assentamentos, contemplando o anseio de muitas famílias que convergiram para a região de ter seu próprio pedaço de terra. Entretanto, algumas das atividades produzidas em grande escala pelo latifúndio, passaram a ser desenvolvidas, mesmo que em menor escala, pelos camponeses.

Reynal et al., apud Michelotti e Rodrigues (2004), apontam para o fato de que, com o sucesso da estratégia de criação de gado, as famílias começam um processo de acumulação patrimonial através do maior crescimento do rebanho, provocando um ritmo acelerado do desmatamento do lote para implantação de pastagens. Acrescento que, em algumas situações, como pude verificar na pesquisa, essa estratégia pode levar ao total desmatamento do lote.

Nesse contexto, a criação de gado tem a dupla função de fornecer ingressos através da venda do leite e de servir como “poupança viva” (HURTIENNE, 1999).

Persistindo essa trajetória de contínua plantação de pastagens, a reprodução do sistema começa a entrar em crise, pela diminuição expressiva de novas áreas para derrubada e da produção de culturas alimentares, forçando a obtenção da maior parte da renda econômica

da família através da pecuária, com a venda do leite e inclusive do gado. Além disso, com o aumento do rebanho, há o aumento das áreas de pastagem, com sobrelotação, diminuindo a qualidade do pasto e reduzindo a produtividade da atividade (REYNAL et al. apud MICHELOTTI; RODRIGUES, 2004).

Esse modelo de exploração continua tendo um espaço importante na região, associado a elevadas taxas de desmatamento e o estabelecimento de um processo de pecuarização e homogeneização das paisagens (OLIVEIRA, 2013).

1.7. Disputa entre dois projetos

Na Amazônia, conformou-se, então, uma disputa entre dois projetos de desenvolvimento regional que é também uma disputa pela posse da terra e dos recursos naturais subjacentes. Por um lado, há um projeto constituído em torno da mineração e da siderurgia, associado aos grandes empreendimentos agropecuários patronais, voltados, sobretudo à pecuária extensiva, que substitui florestas por pastagens, gerido por empresários vindos, em sua maioria, dos estados do Sul e Sudeste do país.

O outro, ligado à reforma agrária e a uma produção agroflorestal diversificada, que embora também substitua a floresta por áreas cultiváveis, o faz em menor escala, para produção de alimentos. Este é levado a termo por famílias remanescentes dos garimpos, que trabalharam em fazendas e nos grandes projetos, oriundas principalmente do Nordeste brasileiro, que se uniram para lutar e conquistar o sonho de conseguir um pedaço de terra no qual trabalhar.

Estes dois projetos, conflitantes e antagônicos, se diferenciam claramente na forma como lançam mão do capital natural da floresta amazônica, na intensidade do uso da força de trabalho e na maneira como este se organiza. No primeiro, a extração madeireira antecede a produção agropecuária de larga escala, homogeneizadora da paisagem (COSTA, 2005) e ambas estão intimamente associadas a projetos mínero-metalúrgicos (MONTEIRO, 2006).

O segundo é caracterizado pelo manejo dos recursos naturais com fins de assegurar a permanência dos camponeses no território, a partir do trabalho familiar, da tomada de decisões pelas famílias orientadas pela reprodução social (COSTA, 2005) e com tendência a se complexificar ao longo do tempo (MICHELOTTI; RIBEIRO; FLORÊNCIO, 2006).

Com o fechamento do garimpo de Serra Pelada e a redução dos postos de trabalho nas grandes obras, cerca de 500 mil pessoas se tornam pobres rurais e periurbanos na região nos anos 1980, procurando fazendas ou periferias de cidades como Marabá para viver (NAASE, 2010). Essas famílias assumiram o segundo projeto e empreenderam a principal forma de luta contra o modelo dos grandes latifundiários. Em outras palavras, se organizaram em busca de um objetivo comum, a conquista da terra.

1.8. Posseiros e a emergência dos movimentos sociais

Este processo começa a se desenhar com a formação de pequenos grupos de pessoas, compostos principalmente por homens que ficaram conhecidos como posseiros, em sua maioria, sem o apoio de organizações representativas. Para conquistar a terra, estes grupos usavam basicamente uma técnica: o enfrentamento direto contra o fazendeiro-grileiro. Para estes grupos, quanto mais distantes e isoladas fossem as áreas ocupadas, melhor, pois isso diminuía o risco de conflitos, fosse com um pretense dono ou com o próprio Estado (MICHELOTTI, 2009).

Assim, na Amazônia, o posseiro não é apenas o ocupante de terras devolutas, mas também:

o trabalhador que disputa, palmo a palmo, uma mesma área de terras devolutas com empresários e/ou fazendeiros que haviam chegado de outras regiões do país e a eles resiste. É também denominado posseiro aquele trabalhador que ocupa imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos de grandes empreendimentos agropecuários. A categoria posseiro foi apropriada e ressignificada pelos trabalhadores rurais, principalmente migrantes de diversas regiões do Brasil, transformando-se em uma “nova” categoria. Assim, uma palavra “antiga” até então empregada para nomear os ocupantes de terras devolutas na Amazônia foi recriada com outros significados, outros sentidos, segundo os objetivos da luta pela terra naquele momento (PEREIRA, 2013, p. 50).

Muitas dessas tentativas de conquista de lotes não foram bem sucedidas, ocorrendo grandes conflitos armados entre posseiros e jagunços ou pistoleiros, homens que defendiam os interesses dos pretensos donos das áreas, como é o caso da fazenda que antecedeu os assentamentos entre os quais se encontra o PA Pimenteira.

Este foi um movimento muito importante para o sudeste paraense, por começar um processo de enfrentamento contra o latifúndio que inaugurou a luta pela terra na região. Essa organização política camponesa foi de suma importância nos processos de ocupações de terra em áreas de antigos castanhais e nas novas fazendas em processo de formação (MICHELOTTI; RIBEIRO; FLORENCIO, 2006).

O fortalecimento desse processo ganha reforço na região a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, com a chegada de movimentos em nível nacional como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a criação de entidades a nível regional como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI), além de outras, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esses movimentos passam a fazer uso de novas estratégias de luta pela terra, com características próprias para cada entidade, ampliando o nível e o alcance da organização dos trabalhadores (MICHELOTTI, 2009).

As novas estratégias de ocupações de áreas por diferentes grupos de pessoas e, respectivamente, as de suas instituições representativas, permitem delimitar uma nova fase no processo da luta pela terra na região, com a transformação da luta dos posseiros na luta dos sem-terra (PEREIRA, 2013).

1.9. Criação dos assentamentos

No final da década de 1980 tem início a criação dos primeiros assentamentos na região, tendo como marco principal a criação do PA Castanhal Araras no ano de 1987, com uma área de 5.058 ha no município de São João do Araguaia.

Até 1996, continuam as ocupações de áreas, seguidas pelas desapropriações para criação de novos assentamentos, processo considerado vagaroso. Após o Massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido no dia 17 de abril de 1996, episódio em que 19 integrantes do MST foram brutalmente assassinados e que choca a opinião pública nacional e internacional, os movimentos sociais do campo passaram a exercer uma forte pressão junto ao governo federal pela criação de assentamentos em todo o país. Nos anos seguintes, como resultado da repercussão da tragédia, é criada a Superintendência Regional do INCRA em Marabá (SR-27) e se intensificam as ocupações e a criação de um elevado número de assentamentos no sudeste paraense, período em que foi criado o PA Pimenteira.

Ressaltamos que cada assentamento possui sua própria trajetória histórica, podendo até ser parecida com a de outros, mas jamais igual, porque as estratégias de luta foram, com certeza, reavaliadas ao longo de cada uma das experiências de ocupação em posses ou acampamentos.

Os acampamentos eram a união de famílias, organizadas por um movimento, fazendo seus barracos em um mesmo local, em sua maioria, construções bem rústicas levantadas com materiais como pau-a-pique, palhas de palmeiras ou lona preta. Sempre construídos em locais estratégicos, visíveis e abertos à sociedade, muitos em beiras de estradas e rodovias, os acampamentos passaram a se configurar como uma nova estratégia de luta contra o latifúndio e de pressão sobre o estado. Embora com especificidades como as relatadas no tópico referente ao histórico da conquista do assentamento, o PA Pimenteira é herdeiro dessa luta.

CAPÍTULO 2. METAMORFOSES DA AGRICULTURA

No primeiro capítulo, realizamos um esforço de expor, mesmo que de forma superficial, o processo de ocupação recente do sudeste paraense, na tentativa de entendermos melhor o contexto da criação de assentamentos na região.

A partir de agora, em nossa análise, temos como principal intenção demonstrar como tem ocorrido a prática da agricultura dentro do PA Pimenteira, da ocupação da fazenda ao período da pesquisa, em um período de cerca de dezoito anos. Buscamos compreender as estratégias para a permanência na terra, perpassando pelos seus arranjos estruturais e, sobretudo, tentando constatar se houve ou não alterações nas técnicas de manejo utilizadas pelos agricultores, nas variedades das sementes e na produção como um todo.

Mas afinal, o que seria a agricultura? Um questionamento que, segundo os depoimentos dos entrevistados, pode ser respondido de formas significativamente diferentes. Alguns afirmam que seria tudo o que se planta para o próprio alimento, outros entendem como as culturas anuais e assim as opiniões colhidas podem divergir bastante. Entretanto, de certa forma, todos estão corretos em suas afirmações.

A agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto as próprias observações. No entanto, apesar dessa diversidade, observa-se também que as formas locais de

agricultura, praticadas numa região, numa época determinada, se parecem suficientemente para serem aproximadas e classificadas numa mesma categoria (MAZOYER; ROUDART, 2010).

É possível perceber neste fragmento que os autores corroboram com o pensamento dos agricultores, não definindo concretamente o significado de agricultura, mas apontando diferentes aspectos que podem categorizar determinados modelos de agricultura.

A atividade da agricultura no assentamento durante esses dezoito anos foi desenvolvida, em boa parte dos casos, a partir de um único modelo, ou seja, o de corte e queima, devido principalmente a uma questão cultural da região, relacionada aos conhecimentos e experiências que as famílias já traziam de outras regiões e principalmente por encontrarem áreas de florestas densas propícias para esse tipo de agricultura.

No assentamento e em toda a região, os agricultores definem nomes para cada estágio no qual a floresta se encontra e achamos relevante tentar explicar cada um deles de acordo com o entendimento dos entrevistados, no sentido de corroborar o entendimento que apresentamos como nosso no presente trabalho. Há a mata, floresta densa com as mais diferentes espécies de árvores e animais, com diversos portes. Já o capoeirão seria a vegetação na qual já foram realizadas algumas atividades, geralmente roças, mas que se encontra com mais de quinze anos em repouso. Nesse caso, a vegetação também se encontra com porte alto, muito próximo ao da mata.

A juquira, por sua vez, é a fase inicial da floresta, uma vegetação herbácea de porte baixo, de no máximo sete anos, pouco utilizada para a atividade de agricultura no modelo de corte e queima. A capoeira seria um estágio intermediário entre a juquira e o capoeirão, caracterizado por uma vegetação arbustiva e arbórea de porte médio, em formação, com indivíduos em fase de crescimento. É considerada capoeira a vegetação entre sete e quinze anos de idade.

O modelo de agricultura de corte e queima pode conter algumas diferenciações na condução da atividade de acordo com a vegetação a ser trabalhada. Em área de floresta densa ou capoeiras grossas, inicia-se por um raleamento da floresta, no qual se realiza o roço ou desbaste da vegetação fina. No assentamento, esse processo ocorre por volta dos meses de junho e julho. Após finalizado o roço, se aguarda um tempo que varia de 20 a 30 dias para em seguida realizar a derrubada do restante das árvores, etapa que ocorre por volta do mês de agosto.

A queima dessa área geralmente ocorre no final do mês de setembro, devido à espera das primeiras chuvas, para posteriormente se iniciar o plantio, já no mês de outubro. Esse era um costume normal quando se havia matas em abundância e o período chuvoso começava em outubro e ainda encontramos agricultores que seguem esse calendário, principalmente para o plantio da cultura da mandioca.

Quando se pratica a agricultura em área de capoeira, faz-se um desbaste de toda a vegetação por volta do mês de julho, podendo adentrar agosto. A queima é realizada no final de setembro e o restante do processo é similar ao praticado na área de mata.

Depois de limpa a área, faz-se a semeadura das sementes, cujo conjunto de espécies e variedades vai depender do interesse de cada família. Após o plantio, se faz a limpeza com roço ou capina das ervas daninhas e, fechando o ciclo, faz-se em seguida a colheita e o armazenamento da produção.

2.1. A fazenda no período em que foi ocupada pelas famílias

Em junho de 1997, quando as famílias ocuparam a fazenda, encontraram uma área contendo todos os traços dos processos históricos relatados no primeiro capítulo e que ainda estavam em andamento na região.

Toda a área era um castanhal, às margens da BR-230 (Transamazônica), adquirido pelo fazendeiro em 1987, onde o mesmo iniciou a venda de madeiras nobres como o mogno e, posteriormente, das grandes castanheiras. Após a venda da madeira, iniciam-se grandes derrubadas da floresta, em três frentes de trabalho. Primeiro, após o roço, a mata da área era derrubada e queimada e se aproveitava grande parte da madeira para produção de carvão, posteriormente vendido para as siderúrgicas em Marabá.

A segunda frente de trabalho consistia na implantação de grandes roças, em torno de dez alqueires por safra, atividade realizada pelas famílias moradoras da fazenda antes de virar assentamento. Segundo alguns entrevistados, as roças maiores eram realizadas pelo fazendeiro e as parcelas menores pelas famílias moradoras. Muitas roças eram plantadas num mesmo ano, devido à dispersão das famílias na área da fazenda. As famílias plantavam as mais diversas sementes possíveis, mas os principais plantios eram o arroz e o milho. Uma pequena parte dessa produção ficava para o sustento das famílias e alimentação de animais de

criação e a maior parte, o fazendeiro comercializava. Segundo Lourival C. Vicente, o sistema funcionava basicamente da seguinte forma:

No inverno, todas as famílias trabalhavam na roça, era tirando a lenha e plantando a roça, aí colhia muito legumes, no final da safra era de 1000 sacos de arroz, 3000, milho... era arroz e milho que mais mexia, aí quando acabava a safra de milho, ia todo mundo catar um cupuzim, cortar uma castanha, até secar tudo, depois que secasse, aí começava no carvão de novo [...] no auge, antes dos sem terra entrarem aqui, não tem como dizer exato quantas famílias moravam aqui, mas juntando as roças de todos, era mais de dez alqueire derrubado por ano [...] (Lourival C. Vicente, entrevista concedida a Antonio Simão R. Rocha em 17/03/2015).

Atentamo-nos para informar que no início, existiam as mais diversas variedades de sementes, sendo a grande maioria, crioulas. Na cultura do arroz, tínhamos aquelas conhecidas pelos nomes populares de agulhinha comum, agulhão, arroz-do-governo, lajeado, bacaba, trinca-ferro, entre outras. O milho contava com as variedades do sabugo fino, do sabugo grosso e de pipoca. Nas áreas de mandioca voltadas à produção de farinha, havia jaibara, a jaibarinha, a carema, sendo essa as mais comuns. Entretanto, anos depois da criação do assentamento, chegou a variedade amazonas. Havia macaxeira cacau, branca, preta, água-morna, menina, entre outras.

Quanto ao feijão, havia as variedades chamadas de manteiga, coruja, branco, todos denominados localmente trepa-pau. Essas variedades eram (e ainda são) plantadas “no abafado”², entre os meses de março e abril, quando se envereda as capoeiras novas, de três a cinco anos, onde são jogadas as sementes. Antes de sua germinação, faz-se o roço de toda a vegetação, deixando os tocos altos, com cerca de um metro e meio de altura, que servirão para o feijão enramar, o que facilita a colheita.

Com a área limpa, se iniciava a terceira etapa, ou seja, o plantio do capim. Segundo alguns entrevistados, dois modelos eram mais praticados: em um deles se plantava o capim nas entrelinhas do milho e no outro, se fazia o plantio do capim nas áreas de arroz, logo após a colheita do mesmo. “Chegamos aqui em 87 e o fazendeiro continuou esse movimento até em 97, derrubando, queimando, fazendo carvão, plantando arroz, milho e capim” (Lourival

² Abafado: durante o processo de roço, faz-se a repicagem da vegetação, até o ponto de ficar o mais próximo possível do solo, o que facilitará o processo de decomposição das folhas e galhos e a produção de nutrientes para a cultura. Entre as técnicas de manejo agrícola praticadas no assentamento que fazem uso da floresta, é a única que não lança mão do fogo para a limpeza da área.

C. Vicente, entrevista concedida a Antonio Simão R. Rocha em 17/03/2015). Raramente se usava a mesma área mais de vez para o plantio de culturas anuais.

Era um sistema que basicamente enriquecia o fazendeiro: as famílias forneciam a mão de obra necessária para desenvolver cada atividade e em troca, o fazendeiro mantinha as mesmas alimentadas. Segundo alguns entrevistados que vivenciaram este período na fazenda, a cada final de safra, o trabalho nunca era o suficiente para pagar os alimentos, remédios e outros utensílios adquiridos na cantina do patrão, forçando as famílias a continuar na fazenda para tentar pagar suas dívidas, em uma relação muito parecida com aquela estabelecida ainda na época em que se explorava apenas a castanha.

Devemos relatar que todas essas famílias que moravam na fazenda eram de migrantes nordestinos, em sua maioria, baianos, sem estudo, sem terra, muitos sem documentos. As famílias eram grandes e seus membros se dispunham a viver nas condições descritas, diante da inexistência de outras opções para assegurar sua sobrevivência.

Quando as famílias ocuparam a fazenda, encontraram cerca de 200 alqueires já em pastagens, porém a criação de bovinos, propriamente dita, ainda não tinha iniciado. A maior parte da área se encontrava sob cobertura vegetal quase que intocada, porque o fazendeiro já tinha vendido as madeiras nobres, tais como o mogno, o cedro e as grandes castanheiras. Entretanto, a floresta ainda apresentava uma grande diversidade de espécies vegetais e animais.

Com a chegada das famílias e a transformação da fazenda em assentamento, mudam os atores, as ideias, os projetos de vida, o destino final da produção, etc. Contudo, não muda o modelo praticado no que tange ao processo de agricultura. Durante a fase de acampamento, as famílias seguem plantando alimentos como arroz, milho, abóbora, macaxeira e outros, fazendo uso das mesmas técnicas utilizadas desde a época do fazendeiro, ou seja, o corte e queima.

“As técnicas agrícolas empregadas na Amazônia são em grande parte herdadas dos índios nativos – a técnica da ‘queimada’ e da ‘derrubada e queimada’” (WAGLEY, 1988, p. 28). Mazoyer e Roudart (2010), por sua vez, afirmam que os cultivos de corte e queima são praticados nas mais diversas fisionomias vegetais: floresta densa, floresta secundária, capoeira, savana arborizada, etc., em um modelo oriundo dos centros de ocorrência da revolução agrícola neolítica entre 10.000 e 5.000 anos atrás.

Não existe testemunho escrito relativo a esse tema, pois as primeiras civilizações que utilizaram a escrita se desenvolveram no princípio da idade dos metais, muitos milhares de anos depois dos primórdios da agricultura e em regiões onde os sistemas de cultivo de derrubada-queimada estavam em vias de desaparecimento. Assim, somente o estudo dos cultivos de derrubada-queimada tal qual se praticam hoje nas florestas e nas savanas arborizadas, com um instrumento metálico, representa uma base de análise comparativa suficiente para compreender como os sistemas de cultivo de derrubada-queimada puderam se constituir, se estender tão amplamente, e durar por tanto tempo (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Entretanto, Fearnside (1989) considera que a agricultura pioneira feita por posseiros ou colonos assentados lembra apenas superficialmente a verdadeira agricultura migratória praticada pelos índios, mantendo com essas diferenças significativas, tais como o encurtamento do tempo de pousio, a simplificação dos cultivos e do manejo das capoeiras, além da introdução de pastagens, o que tornaria o sistema vulnerável e insustentável em médio e longo prazos.

2.2. Do “arroz para o capim”

No capítulo anterior, quando discorremos sobre a pecuária, buscamos esclarecer, embora superficialmente, como essa atividade teve início e se propagou por todo o sudeste paraense. Avaliamos que é uma atividade desenvolvida por atores tão variados quanto grandes latifundiários e agricultores assentados. No PA Pimenteira, nos deparamos com uma realidade que ocorreu em grande parte dos assentamentos desta região, ou seja, a transição do “arroz para o capim”, termo que simplifica o processo de transformação das florestas nativas em roças para produção de culturas anuais e posteriormente em pastagens.

Como já relatado, uma pequena parcela da fazenda encontrava-se em convertida em pastagem e no processo de divisão dos lotes foi inevitável que algumas famílias adquirissem áreas com cobertura vegetal original totalmente substituída pela cultura do capim, sendo a espécie mais comum, o braquiária.

Naquele momento, essas famílias tinham poucas alternativas. Optariam pela criação de bovinos ou, se tivessem a intenção de praticar a agricultura de corte e queima, tentariam se desvencilhar do lote obtido e encontrar outro em área de floresta. Uma prática corriqueira no início do assentamento foi a troca dos lotes, a partir da qual cada família buscou se arranjar no assentamento de acordo com suas perspectivas de vida.

Existiram agricultores que implantaram a cultura do capim desde as primeiras roças, mas de forma moderada, pois o foco principal das famílias nos primeiros anos era a produção de alimentos para o sustento da família. Posteriormente, ocorreu um avanço expressivo da cultura do capim no assentamento, a partir da liberação de crédito via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que teve início do segundo ano em diante, após a criação do assentamento.

Este programa governamental, criado em meados da década de 90, foi fruto de uma intensa mobilização do movimento sindical rural articulado com organizações não governamentais, entidades de assessoria e parlamentares, com linhas de créditos voltadas à produção familiar (MICHELOTTI; RODRIGUES, 2004).

Inúmeras famílias acessaram a linha de crédito para criação de bovinos, porém muitas delas eram inexperientes na atividade, além de não terem uma estrutura mínima para receber os animais em suas propriedades. Essa foi uma, entre muitas outras dificuldades que estas famílias encontraram para dar continuidade à atividade e fazer com que a mesma viesse a dar certo no assentamento.

Embora o PRONAF tenha inegavelmente contribuído para a disseminação da cultura do capim na área do assentamento, existem outros fatores que podem ter influenciado, tais como aspectos culturais. Boa parte das famílias assentadas é nordestina e já trazia no seu repertório de práticas a criação de gado.

A nova atividade forçou as famílias a mudarem suas práticas de cultivo, passando do plantio e colheita de culturas anuais seguidos pelo descanso da área, para o plantio de culturas anuais sucedido pelo plantio de capim nas entrelinhas e, posteriormente, para o plantio direto da cultura do capim. Em decorrência, a área de pastagens no assentamento aumentou rapidamente.

Em um estabelecimento de 25 ha, uma família chegava a desmatar uma média de três hectares por ano, de forma que com oito anos todo o lote estava desmatado. Foi o que aconteceu com boa parte das famílias que desenvolveram a atividade de criação de bovinos no assentamento. Era um processo contínuo: as famílias abriam roças, formavam pastagens e ampliavam as criações. Entretanto, devido ao tamanho dos lotes, logo essa prática estagnava.

Dez anos após o início dessa prática, a atividade praticamente estancou: as áreas mais antigas começavam a mostrar sinais de esgotamento devido ao pisoteio dos animais e ao uso excessivo do fogo para limpar e renovar as pastagens. Conseqüentemente, reduziu

drasticamente a capacidade de suporte dos rebanhos, o que implicou diretamente na tomada de decisões pelas famílias, alavancando a venda de lotes no assentamento.

No período da pesquisa, não encontrei nenhuma família entre os assentados que conseguia obter uma renda mensal proveniente da criação de bovinos que fosse suficiente para manter a família no lote. Todas contavam com uma renda extra, seja da agricultura, de aposentadorias, de trabalho assalariado ou programas sociais. E muitos que ainda possuem bovinos adquiridos com recursos do PRONAF fizeram igual o entrevistado, que relata: “sobrou umas vaquinhas do PRONAF, mas por causa da farinha. Muitas vezes, eu pagava a parcela [do financiamento] com farinha, pra sobrar uma vaquinha” (Raimundo Xavier Silva, entrevista concedida a Antonio Simão R. Rocha em 14/11/2015).

2.3. Agricultura de corte e queima

Os processos simultâneos de diminuição do plantio de culturas agrícolas e aumento do plantio do capim seguramente alteraram as estruturas dos lotes. Quem recebeu o financiamento agora tinha que trabalhar com mais uma atividade entre aquelas que já desenvolvia ou optar por alguma destas, que acreditasse contribuir com maior aporte para o sustento da família, concomitantemente à criação. Criar gado em primeiro plano e, em segundo, desenvolver outras atividades, sendo a agricultura a alternativa mais praticada.

Alguns poucos optaram por continuar com a agricultura em primeiro plano e manter o gado apenas como uma espécie de poupança, à maneira da formulação de Hurtienne (1999), que serviria para suprir em casos emergenciais, como o tratamento de saúde de algum dos membros da família. Este fato é tão comum que não encontramos dificuldades para localizar agricultores que pagaram o PRONAF destinado à criação de gado com a venda de produtos oriundos da agricultura, sendo exemplar a farinha de mandioca.

Esse processo de implantação e desenvolvimento dos projetos de crédito para criação de bovinos influenciou diretamente no decréscimo da diversidade de variedades agrícolas cultivadas no assentamento. Antes dos financiamentos, a produção era prioritariamente voltada para a subsistência, com a projeção da produção de algum excedente para a venda. Com a chegada dos créditos agrícolas, a lógica da agricultura familiar começa a se inverter.

Agora se pensava primeiro na produção para a venda, seja do leite, da carne, do queijo ou da farinha, para comprar os mais diversos produtos de consumo, inclusive alimentos, antes obtidos a partir dos roçados, como, por exemplo, o arroz, alimento indispensável na dieta das famílias, porém um dos primeiros a ter o volume produzido reduzido significativamente.

Com a diminuição das carvoarias, muitas famílias se viram com poucas opções para sobreviver no assentamento, pois mantinham sua renda basicamente da produção do carvão. A maioria dos lotes foi tomada por juquirá e, o mais grave, muitas das famílias que se dedicaram intensamente a essa atividade, perderam tanto as sementes que detinham quanto, em boa medida, o domínio técnico do plantio das culturas.

Na agricultura familiar tudo tem seu tempo: há o momento da limpeza da área, do plantio, dos tratos culturais, da colheita e do beneficiamento. Uma vez perdido esse ciclo, tem-se que esperar até o próximo ano para começar novamente. Foi o que aconteceu no assentamento, seguidos ciclos. Inúmeras famílias obtiveram sua renda basicamente do carvão por um tempo. Uma vez cessada essa atividade, tiveram que buscar alternativas. E, em sua maioria, o que sabiam fazer com mais desenvoltura era a agricultura.

Mas como praticar a agricultura em áreas devastadas pela atividade madeireira, por repetidas passagens de fogo e pela supressão quase completa da floresta para produção de carvão? Muitas famílias nem tentaram achar uma resposta para esse questionamento e neste período deu-se o auge de venda de lotes no assentamento. Quem os comprava eram pessoas predominantemente interessadas na criação de bovinos ou que procuravam lotes próximos à cidade para transformá-los em áreas de lazer.

Nessas situações, sempre queremos encontrar um culpado. Nesse caso nos remetemos facilmente aos agricultores, que destruíram suas áreas de florestas de forma desordenada, pensando no imediato, sem prever as consequências no futuro. Entretanto, não é tão fácil criticá-los, porque a maioria não se encontrava em situação financeira confortável e viram nas carvoarias uma forma de ganhar dinheiro rápido. Poucos resistiram à tentação.

Não podemos também deixar cair no esquecimento que essas famílias produziam carvão para atender aos interesses de uma instância maior, ou seja, das guseiras e siderúrgicas. Tendemos a julgar como culpados primeiramente aqueles que estiveram diretamente ligados à atividade, os agricultores, e somente depois as guseiras e siderúrgicas. Contudo, sem a demanda destas últimas, não haveria produção de carvão.

Não há como saber o que seria do assentamento nos dias atuais, se mantido o foco apenas na produção agrícola de alimentos, mas se pensarmos no exemplo das famílias que não destruíram suas áreas de florestas para produzir carvão, dando continuidade à prática da agricultura no modelo de roças de corte e queima, podemos, pelo menos, nos dar o direito de imaginar que teríamos um assentamento com maior área agricultável disponível.

Houve algumas famílias que optaram em não participar do PRONAF destinado à criação de bovinos e nem trabalhar com as carvoarias. Essas foram as poucas que não sofreram impactos diretos com o fim da atividade carvoeira e o insucesso dos projetos de crédito. As mesmas continuaram com suas produções agrícolas desde quando chegaram aos lotes, mesmo que diminuindo o volume produzido com o passar dos anos. Em grande parte por estarem agora plantando seus roçados em capoeiras com uma maior concentração de espécies com potencial para ervas daninhas e pragas agrícolas.

Várias espécies animais resistiram à remoção da cobertura vegetal nativa e ainda são encontrados no assentamento, tais como o caititu, o tatu-peba, a cotia, macacos, papagaios e outros, que agora são considerados pragas. Estes animais comem diversas culturas plantadas nas roças e nos sítios. No início do assentamento, com a fartura de alimentos na floresta, não se tinha relatos desses animais atacando as culturas agrícolas. Contudo, com a destruição de seus habitats silvestres e a diminuição da forragem disponível, encontraram nos sítios e roças uma fonte de alimentos relativamente acessível.

No âmbito agrícola, outros problemas graves ocorreram no decorrer da história do assentamento. Diversas variedades antes cultivadas foram gradativamente escasseando com o passar dos anos, enquanto passavam a sobressair novas variedades, como, por exemplo, o milho híbrido. Alguns fatores concorreram diretamente para essa mudança, entre os quais, a diminuição no período do plantio até a colheita, sendo este um dos mais fortes.

Não foi um processo que ocorreu de um ano para o outro. No início se plantava na mesma roça as duas variedades, a crioula e o híbrido. Com o passar dos anos, sendo cultivadas próximas uma à outra, essas culturas foram cruzando e o resultado desses cruzamentos já não oferecia a produção esperada. Assim, os agricultores foram perdendo gradativamente as sementes crioulas e se tornando refém das sementes híbridas, ficando obrigados a compra-las todos os anos.

Com relação a outras culturas, a escolha das variedades plantadas pelas famílias passou a atender a critérios bastante específicos. Deste modo, temos hoje com maior

predominância o arroz agulhinha ligeiro, que madura com quatro meses; o feijão trepa-pau, que alcança bons preços e manteve as mesmas variedades desde o início do assentamento; a macaxeira cacau, que se diferencia das outras por permanecer mais tempo adequada para consumo após a colheita.

A mandioca amazonas é unânime dentro do assentamento na produção de farinha de puba ou farinha d'água, porque, segundo os agricultores, comparada às outras variedades antes cultivadas, oferece um maior rendimento de massa, de cor amarelada e sabor doce, com menos talos e o mais importante, depois de realizados todos os tratamentos culturais, sendo o principal a capina, está no ponto de farinha a partir do oitavo mês. Além disso, pode durar, em áreas de solo com pouca umidade, até dois anos.

Algumas poucas famílias ainda guardam sementes crioulas de milho, outras variedades de arroz, macaxeira e mandioca, mas em diversidade muito inferior à que se tinha no início do assentamento.

Neste tocante, quando perguntamos a uma agricultora por que ela optou por desenvolver a agricultura em primeiro plano e as demais atividades, como a criação de gado, em caráter secundário, ela respondeu simplesmente: “sem o gado tu sobrevive, sem agricultura não, na roça tu depende do arroz, milho, do feijão, da mandioca, do gado tu depende da carne e do leite, e tu pode comprar fora” (Ana Zélia L. da Silva, entrevista concedida a Antonio Simão R. Rocha em 11/11/2015).

2.4. Situação atual

Se pensarmos nas três principais atividades desenvolvidas dentro do assentamento no âmbito da agricultura familiar, teremos um quadro muito próximo ao que traçaremos a seguir. Em primeiro lugar, aparece a bovinocultura, que aumentou seus rebanhos dentro do assentamento com a chegada do financiamento agrícola, na forma de créditos adquiridos pela maioria das famílias, passando à principal atividade desenvolvida pelos assentados. São famílias que geralmente possuem rebanhos pequenos, entre vinte e cinquenta animais, sem boa constituição genética, resultante de inúmeros cruzamentos pouco criteriosos ao longo do tempo.

O foco principal dessa atividade é a produção leiteira, predominantemente vendida para os laticínios encontrados nas proximidades do assentamento e, em raros casos,

utilizada para a produção de queijo, iogurtes e outros derivados de leite. Outras rendas advindas da atividade pecuária incluem a venda de bezerros e o abate de animais para o fornecimento de açougues do próprio assentamento e circunvizinhos.

As áreas mais antigas desses agricultores estão sendo utilizadas há cerca de dez a quinze anos e já dão sinais evidentes de desgaste. Em regra, para a limpeza dessas áreas, as famílias fazem uso do roço seguido pela queima e subsequentemente, a utilização de insumos químicos como herbicidas e inseticidas. São áreas que vem sofrendo recorrentemente com o pisoteio do gado e bastante suscetíveis à erosão, o que força as famílias a buscar novas alternativas, tais como o uso de grade para revirar o solo e a aplicação de calcário para correção do solo, iniciativas que começam a se disseminar lentamente dentro do assentamento.

Essas ações são raramente acompanhadas por profissionais aptos a informar as instruções corretas, desde o modo correto de cortar o solo, até a quantidade de adubação ou correção a ser aplicada, etc. Isso se deve ao fato de que as famílias não dão conta de pagar pela assessoria e, por outro lado, não há a disponibilização desse tipo de serviço pelo poder público.

Eu tiro, não pelos outros não, eu tiro por mim, eu já fiz, agora tu pergunta quantos litros de milho e quantos sacos de maniva eu plantei ali e tu... o milho não tirei nem o que plantei, os pés não cresceram, não deram espiga, a mandioca ficou encurujadinha, não cresceu, na hora que começa a chover, o chão fica pior que um cimento desse, vira uma laje, porque não tem adubo para a planta se desenvolver para crescer. Ano retrasado, fiz uma roça, plantei quatro linhas, nessas quatro linhas de roça eu gastei dinheiro, só de veneno eu gastei uns dez litros de veneno lá, e ainda foi roçado e capinado de cutelo, e hoje se tu vê a juquirá que tá lá dentro, tu fica besta, e no tempo da mata você colocava um pedaço de roça aqui, de um alqueire e você capinava quase todo num dia, só catando uma moitinha aqui outra acolá, e dava muito legume (José L. da Silva, entrevista concedida a Antonio Simão R. Rocha em 11/11/2015).

Os agricultores, por iniciativa própria, buscam possíveis soluções para continuar desenvolvendo a atividade agrícola dentro de suas propriedades, porém, esbarram em questões que estão para além do que podem lidar com seus conhecimentos empíricos, como, por exemplo, o desenvolvimento da prática de plantar em áreas gradeadas, levando em consideração todos os requisitos que a mesma precisa para oferecer uma boa produção.

Além disso, há uma atividade desenvolvida desde a entrada das famílias na área: o plantio de mandioca³ para produção de farinha, cultura que se adapta às mais diversas áreas e situações, seja em roçados plantados em matas, capoeirões, capoeiras novas, em locais onde se planta o feijão no abafado e até mesmo naqueles onde antes havia a cultura do capim.

Plantar mandioca para produção de farinha de puba sempre foi uma atividade comum para a maioria dos assentados, no início com menor predominância, pois o foco principal residia no arroz e no milho. Entretanto, foi uma atividade que manteve sua produtividade diante de todas as transformações ocorridas na paisagem local, decorrentes da ação das madeiras, das carvoarias e da transformação da floresta em pastagem, juquirá e capoeira. O plantio de mandioca para produção de farinha sempre esteve presente em todos esses momentos.

Durante certo período, a produção de farinha tinha como principal finalidade suprir a base da dieta das famílias, por ser um alimento que combina com vários outros, tais como açaí, cupuaçu, bacaba, buriti, leite, frituras, caldos, etc. É um alimento muito apreciado, não só no assentamento, como em toda a região.

Já foi uma mercadoria de preço muito baixo, considerando o tempo de preparo da área para o plantio até o beneficiamento. Por isso, até por volta do ano de 2010, a produção possuía um viés mais voltado para o consumo familiar do que para a venda. Naquele momento, o preço de mercado girava em torno de R\$ 60,00 a saca com sessenta quilos.

Desse período em diante o preço da farinha começa a ascender abruptamente, chegando, em 2013, ao preço de R\$ 250,00 a saca. Em decorrência, ocorreu um grande alvoroço no assentamento e na região. Após o alvoroço das madeiras e o das carvoarias, agora era a vez da farinha. Muita gente plantou e o preço se manteve mais ou menos no mesmo patamar. No final do ano de 2016, quando estávamos finalizando a pesquisa de campo deste trabalho, o preço se mantinha em R\$ 250,00 a saca.

A alta no preço da farinha vem se firmando e tem implicações muito importantes para o assentamento. É um momento em que muitas famílias que estavam desenvolvendo atividades fora dos lotes, como, por exemplo, o trabalho para terceiros em cidades vizinhas,

³ Vale ressaltar que há de se diferenciar a mandioca da macaxeira. De acordo com os assentados, a mandioca se diferencia da macaxeira em vários aspectos, desde suas raízes, passando pelo caule, chamado também de maniva, como por suas folhas. Mas somente bons conhecedores conseguem distinguir uma da outra. A macaxeira é mansa, propícia ao consumo humano e a mandioca é brava, munida de toxina que pode trazer sérios problemas aos seres humanos e animais de criação se consumida. A mandioca brava é a mais indicada para a produção de farinha.

voltam a botar roçados. Por outro lado, há também motivos para preocupação, pois começa a se disseminar o monocultivo da mandioca. A cada ano, aumentam as áreas preparadas exclusivamente para o plantio de mandioca voltado à produção de farinha e se diminuem outros plantios, como a macaxeira.

No fragmento de uma entrevista que segue abaixo, um dos assentados explica como está a produção agrícola dentro do assentamento.

Hoje a produção que tá tendo no assentamento só é mandioca, farinha, macaxeira, essas coisas assim e o leite de gado. A gente aqui raramente vê uma roça de arroz, o arroz a gente não vê, só quando vem de fora do assentamento... pessoal produz leite, galinha, coisa assim, mas o forte mesmo é a mandioca para fazer farinha (José de R. B. dos Santos, entrevista concedida a José Roberto D. da Silva em 24/04/2015).

No período da pesquisa, a produção de farinha e a criação de bovinos para produção leiteira eram consideradas as principais atividades que geram renda e mantêm as famílias agricultoras no assentamento. Estas têm na farinha uma espécie de garantia, se não for produzida para venda, é para o consumo, enquanto a criação de bovinos apresenta um caráter de poupança. Embora, venda-se o leite, os animais podem ser vendidos necessidades eventuais.

Tanto a produção leiteira como a da farinha é realizada em áreas que foram formadas a partir da prática do corte e queima. Como já foi dito, se iniciam os primeiros movimentos no sentido de gradear e corrigir o solo. Todavia, o plantio de mandioca segue praticado basicamente do mesmo modo desde o início do assentamento, ou seja, na maior parte dos casos, sem implementos e insumos externos aos lotes.

A produção de hortaliças, com destaque para couve, alface, coentro, cebolinha e pimenta-de-cheiro, as principais cultivares, vem sendo desenvolvida por muitos agricultores no assentamento. Essa atividade sempre foi praticada por muitas famílias, mas em pequena escala, principalmente para a alimentação familiar. Com a diminuição da produção de carvão se iniciaram os primeiros plantios, mas de forma moderada, pois o mercado para venda desses produtos ainda era incerto.

Após a chegada do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do governo federal, houve significativa ascensão dessa atividade dentro do assentamento e em todo o município. Com o estímulo dado pelo PNAE, o volume da produção aumentou ao

longo dos anos e a Feira da Folha 28, em Marabá, se tornou um importante ponto de escoamento dessas hortaliças. Com a emergência de novos mercados para a produção, a atividade se alastrou de forma rápida no assentamento.

Outro fator que facilitou a disseminação da atividade foi a facilidade de encontrar matéria-prima para utilização como adubo nos canteiros. Em um primeiro momento, foi bastante utilizada a munha⁴, que se acumulou aos montes após a passagem das carvoarias pelo assentamento. Mesmo sem estudos específicos que dizem sobre as propriedades químicas da munha, os agricultores experimentaram e perceberam que as plantas cresciam suficientemente fortes e saudáveis para garantir uma produção comercializável, o que acarretou no uso desse material até o ponto de escassez no assentamento.

Outro adubo importante na produção de hortaliças é o esterco bovino, encontrado com facilidade, já que a pecuária é a atividade mais praticada pelos assentados. Em decorrência desses fatores, o plantio de hortaliças continua se expandindo, conquistando novos mercados e gerando renda para os assentados, de forma que sua importância vem crescendo no que diz respeito à manutenção das famílias em seus lotes.

Em um assentamento com mais de cento e trinta famílias, com histórias, pensamentos, ideias e anseios diferentes, não temos como afirmar que não existam outros tipos de criações e plantios. Pelo contrário, existem as mais diversas. O que descrevemos está em acordo com as visitas e entrevistas realizadas junto a um grupo de famílias, que relataram as três práticas observadas com mais frequência. Entretanto, podemos encontrar ainda criações de peixes, aves, porcos e outros animais, além de plantios de espécies perenes e semiperenes.

As atividades de criação de gado e plantio de mandioca se destacam como as que conseguem gerar uma renda direta para as famílias, porém muitas destas desenvolvem um conjunto de atividades para conseguirem se manterem em seus lotes. As formas de ingresso monetário incluem desde o trabalho assalariado e benefícios de programas sociais até a mencionada diversificação das atividades nos lotes. As hortaliças também começam a despontar em importância, havendo casos em que esta é a principal fonte de renda do estabelecimento familiar.

⁴ Subproduto das carvoarias: cinza e diminutos pedaços de carvão.

2.5. A renovação da fertilidade

As florestas e os outros ambientes arborizados cultiváveis do planeta são mais ou menos férteis conforme o clima, a geomorfologia, o solo e ainda conforme a natureza e o potencial de crescimento da vegetação arbórea (MAZOYER; ROUDART, 2010). Entretanto, sejam quais forem as diferenças, quando se faz o primeiro cultivo de derrubada-queimada em florestas virgens, a fertilidade desse solo encontra-se no nível mais elevado.

As primeiras culturas plantadas nestas áreas terão facilidade para enraizar-se em um solo particularmente fértil e produzir uma colheita abundante, fazendo uso de nutrientes encontrados em grande quantidade nas cinzas deixadas pela queimada da vegetação. Este foi o caso do plantio da cultura do arroz, muito cultivada nos primeiros roçados do assentamento, realizados em áreas anteriormente ocupadas por florestas de porte alto, que após a queima produziram nutrientes de forma abundante.

A partir do primeiro cultivo, o solo começa a perder parte de seus nutrientes, seja por lixiviação ou desnitrificação. Assim, os minerais deixados pela derrubada-queimada, em abundância no início, possuem a tendência de se esgotar nos sucessivos cultivos, cujo rendimento diminui a cada safra.

Desta forma, um sistema de cultivo de derrubada-queimada somente poderia se sustentar ao longo do tempo se, de desmatamento em desmatamento, os aportes de elementos minerais se mantiverem excepcionais, (MAZOYER; ROUDART, 2010), situação muito difícil de ocorrer nas parcelas dos assentados, devido ao tamanho das roças em comparação com a área total disponível para a prática da agricultura.

Diferentemente dos assentados que se encontram com toda a área dos seus lotes em pastagens, as famílias que optaram em trabalhar só com a agricultura gerem um processo denominado na literatura de pousio e pelos agricultores simplesmente de descanso ou rodízio, no qual, a cada ano, desmata-se uma área suficiente para abrigar o cultivo principal que corresponda às suas necessidades, mudando-a de lugar no ano seguinte e, da mesma forma, os cultivos secundários que lhes sucedem também se deslocam (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Se pensarmos no tamanho dos lotes maiores, cuja área é de 25 ha, podemos ter uma dimensão da dificuldade de se realizar o pousio, ou seja, o descanso de uma parcela cultivada, após a colheita. Este sistema se torna inviável quando há a criação de gado no

mesmo lote em conjunto com a agricultura, pois a criação de bovinos requer uma área maior de pastagem e a pecuária menos impactante nesta região só é viável em áreas a partir de 100 ha (NAASE, 2010).

Reforçando esse raciocínio, utilizamos como exemplo uma família agricultora que ganhou seu lote de 25 ha todo em mata. A mesma não trabalha com a atividade de criação de bovinos e obtém a maior parte do seu sustento de culturas anuais, semiperenes e de pequenas criações. A cada ano, esta família faz um roçado de dois hectares. Se for mantido um padrão no tamanho dos roçados, em quinze anos, toda a floresta já terá sido derrubada e o local da primeira roça será a área mais propícia que esta família terá para continuar com seus plantios.

Em tese, essa será a parte mais apta a produzir um volume de biomassa adequado ao corte e queima, com abundância de troncos, folhagens e matéria orgânica em decomposição, que seja suficiente para fornecer, após a passagem do fogo, grandes quantidades de cinzas e nutrientes que aumentarão as chances de uma boa produção de alimentos plantados nesta área.

Em regra, o pousio deveria perdurar por mais de vinte anos para chegar o mais próximo possível de uma cobertura de floresta, de forma que a vegetação que se reconstitua aí seja vigorosa e a fertilidade do solo, após a derrubada-queimada, seja elevada. Quando o pousio dura menos de quinze anos, a vegetação que se reconstitui entre os dois desmatamentos, chamada pelos agricultores de capoeira, não oferece biomassa de folhas e madeira abundantes, acarretando em solo pouco fértil, favorecendo a proliferação de ervas indesejáveis, forçando o agricultor a desmatar áreas mais extensas para obter o mesmo volume de produção que o de uma de floresta nativa (MAZOYER; ROUDART, 2010).

De maneira geral e visual, o pousio herbáceo-arbustivo de curta ou média duração, mais comum no assentamento, tem como primeira consequência a reduzida quantidade de cinzas obtidas após a queimada, acarretando em uma redução da capacidade de estocagem de água e sais minerais do solo. Quanto menor for o tempo de pousio, mais desfavorável será a condição do solo para praticar a agricultura no modelo de corte e queima. Com o solo desprotegido, o escoamento superficial da água aumenta, enquanto sua infiltração diminui. Esse escoamento da água na superfície favorece a lixiviação do solo e de seus nutrientes, a aceleração de processos erosivos e o soterramento de nascentes e mananciais.

Com extensões cultiváveis pequenas se levarmos em conta o modelo de trabalho desenvolvido pelos agricultores, ou seja, o de corte e queima, estas áreas de pousio não

conseguem chegar aos dez anos. Este é um dos fortes determinantes, juntamente com a questão do mercado e do financiamento agrícola, da preponderância no assentamento, da atividade da pecuária e do plantio de mandioca para produção de farinha, uma vez que essa cultura é pouco exigente do ponto de vista nutricional.

A pressão demográfica tem sido recorrentemente apontada como vetor de ampliação da área cultivada, assim como da redução do tempo de pousio nos trópicos (BOSERUP, 1987). Entretanto, Romeiro (1998) argumenta, em sentido contrário, que não há causa única para as transformações em sistemas agrários. Estas seriam determinadas por múltiplas variáveis: ecológicas, socioeconômicas, político-institucionais, culturais e tecnológicas, sendo que a importância relativa de cada uma delas se modifica ao longo do tempo. Pelo que pudemos observar na pesquisa, esse parece ser o caso do PA Pimenteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PA Pimenteira foi criado no mesmo modelo da maioria dos outros que foram constituídos no sudeste paraense. Está situado onde antes existiu um castanhal e posteriormente uma fazenda, cujo pretense proprietário tinha o propósito inicial de usufruir da madeira disponível localmente através de serrarias e carvoarias. Em seguida, o mesmo deu início à formação de pastagens para criação de bovinos. Assim como a maioria dos assentamentos desta região, este também passou pelo processo transitório do acampamento, que perdurou por dois anos.

Entendemos que no período de criação do assentamento existiam duas frentes, com objetivos diferentes e antagonicos, disputando diretamente este território. Uma representada pelo fazendeiro latifundiário e outra, pelas famílias sem terra que buscavam a reforma agrária. De forma geral, enquanto o primeiro buscava aumentar seu patrimônio através da ampliação de suas propriedades e do investimento em atividades altamente danosas do ponto de vista ambiental, as famílias lutavam para dividir essas terras e assegurar o acesso aos recursos naturais aí existentes.

Houve um claro processo de disputa por terra na região, em que o PA Pimenteira está inserido. Entretanto, se diversos atores ao longo do tempo praticaram a agricultura, fazendo uso da técnica de corte e queima, aí incluídos indígenas, camponeses e latifundiários, os impactos dessa atividade se distinguem em cada um dos casos, pela amplitude das áreas e

pelos distintos objetivos que os moviam, embora não se possa negar que tenha havido uma significativa transformação da paisagem na região em menos de 30 anos. Grandes florestas de castanhais foram convertidas em extensas áreas de pastagens.

De 132 famílias assentadas em 1999, encontramos 48 em 2015, quando iniciamos a pesquisa, que ainda resistiam no assentamento. Estas foram essenciais para entendermos como se deram as modificações da agricultura dentro do PA Pimenteira. Percebemos que a maioria passou por trajetórias semelhantes. A maioria veio do nordeste brasileiro, com alguma experiência antecedente no desenvolvimento da agricultura.

As famílias assentadas, direta ou indiretamente, auxiliaram desmatamento do assentamento, pelo engajamento em diversas atividades, desde a derrubada para a implantação de roças à venda de madeira para serrarias e carvoarias, passando pela formação de pastos. Entretanto, aquelas que optaram por lançar mão da agricultura como atividade principal parecem ter tido maior sucesso em permanecer.

Não há como definir o motivo de 84 famílias terem abandonado o assentamento, mas de acordo com a fala das famílias que resistiram, podemos supor as principais causas.

Durante a década de 1990, a disputa por terra foi acirrada, com várias ocupações de fazendas por famílias, em um primeiro momento como posseiros e depois em grupos maiores e organizados por movimentos sociais. Essas famílias criaram diversas formas de enfrentamento, debaixo da lona preta, em ocupações de instituições e fechamentos de rodovias. Sindicatos de trabalhadores rurais se fortaleceram, intensificaram-se os conflitos, pessoas foram mortas, mas diversas famílias conseguiram realizar seu sonho de ter acesso a um pedaço de terra para trabalhar.

Pressionado pelas lutas, o Estado brasileiro estava fazendo “reforma agrária”. Não é nossa intenção afirmar ou discordar quanto a isso, mas diante de tudo que vimos, finalizamos este trabalho com alguns questionamentos sem resposta. Um dos maiores diz respeito ao principal papel de um assentamento rural no Estado brasileiro.

Neste tocante, levamos em consideração a fala de um dos nossos entrevistados, que nos remete a refletir um pouco mais sobre este questionamento.

A culpa da nossa região se encontrar devastada não é dos assentados, quando se iniciou a criação de assentamento nesta região, o estado do Pará era repleto de mata e floresta tropical e florestas grandes, eram castanheiras de milhões de anos, eram matas pesadas. Hoje tem apenas histórias, porque na época não podia desmatar, porque eram castanheiras, mas podia se fazer

assentamentos nessas áreas, um agricultor não conseguia criar os filhos se ele não brocasse ou derrubasse, não botasse fogo e plantasse. Então, eu acho que o grande gargalo na história da reforma agrária em todos os assentamentos no Estado do Pará foi que o governo federal, que assentou milhares de famílias e não ofereceu subsídios para que estas não recorressem à floresta para se manterem em seus lotes (Daumir M. de Oliveira, entrevista concedida a Uelis M. de Souza em 07/05/2015).

Acrescentamos ao teor deste depoimento uma questão que nos intriga bastante em relação à reforma agrária na região: o financiamento de projetos voltados à criação de bovinos por pequenos agricultores. Ora, se os movimentos sociais reivindicam a divisão da terra e se opõem ao modelo desenvolvido pelos grandes fazendeiros, de grandes derrubadas de florestas para plantação do capim e criação de bovinos, por que então as famílias assentadas seguem adotando a mesma prática do latifúndio?

Passada toda a sequência histórica da derrubada da floresta para as mais diversas finalidades, incluindo extração madeireira, carvoarias e execução de projetos de crédito para criação de bovinos, temos a ousadia de pensar que o modelo de reforma agrária conformado neste assentamento não se distanciou dos impactos decorrentes das atividades desenvolvidas pelo antigo dono da área, visto que, de uma maneira ou de outra, boa parte dos assentados se engajaram em alguma delas após a criação do assentamento.

As famílias pioneiras que vêm resistindo no assentamento, em certo momento, foram contrárias a estas atividades e priorizaram a prática da agricultura. Essas famílias vêm desenvolvendo, com o passar dos anos, as mais diversas atividades para conseguir se manter em seu lotes, em um processo de complexificação como aquele descrito por Michelotti, Ribeiro e Florêncio (2006). Embora sempre priorizem uma atividade principal, o sucesso delas está na diversificação da produção. De certa forma, apontam como a reforma agrária poderia trilhar outros rumos.

A proximidade com a cidade de Marabá também vem facilitando a diversificação dessa produção, pois quase tudo que se produz no assentamento já possui na Feira da Folha 28, um mercado para escoamento. Na pecuária bovina, já não se vende somente o leite ou os animais, faz-se também queijo, requeijão e iogurte. Além disso, a maioria das famílias cria pequenos animais e há ainda a mencionada horticultura, a piscicultura em açudes e a produção de polpas de frutas, embora desenvolvidas por algumas famílias apenas.

Antes, para se produzir a farinha, as raízes de mandioca eram colocadas com as cascas dentro de sacos de fibra ou em cercados de palhas chamados de pubeiros e deixadas de

molho em córregos com água fria e corrente, demorando de quatro a cinco dias para estarem no ponto de beneficiamento. Com a escavação de açudes financiada por intermédio do PRONAF, esse processo começa a se alterar. Ainda se coloca as raízes com casca em pubeiros, mas o tempo de amolecimento das raízes caiu para três dias, devido ao fato de que as águas dos açudes são paradas e mornas.

Com o passar dos anos e a exigência do mercado por uma farinha de qualidade, os agricultores reinventaram suas técnicas. Agora, descascam as raízes antes de colocar para amolecer, fazem uso de recipientes como caixas de água para armazenar as mesmas e a água que estão utilizando são predominantemente de poço. Com essas mudanças, o tempo dispendido com o fabrico da farinha reduziu bastante, em um momento em que o preço está em alta. Além disso, da mandioca não está se perdendo quase nada, faz-se a farinha, a massa puba, a tapioca, o tucupi e os restos vão para porcos, aves ou peixes.

Sob a ótica dos agricultores, adaptar-se à situação ambiental precária do presente, assim como à “falta de lugares adequados” ao desenvolvimento dos cultivos no modelo de corte e queima tem exigido outros níveis de mudanças em suas práticas, forçando-os a se reinventarem cotidianamente para permanecer no assentamento. Se as práticas mudaram ao ponto de que as famílias assumissem maiores riscos ambientais ao longo da história do assentamento, na medida em que buscavam retorno financeiro de suas atividades, agora as mudanças se dão no sentido de aproveitar melhor os recursos ainda disponíveis, bem mais escassos do que no passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASNER, P. G.; KELLER, M.; LENTINI, M. ; MERRY, F. ; JR, C. S. **Extração seletiva de madeira e sua relação com desmatamento.** Disponível em: https://daac.ornl.gov/LBA/lbaconferencia/amazonia_global_change/3_Extracao_Seletiva_Asn_er.pdf, acessado em: 05/09/2017.

ASSIS, W. S. de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste Paraense.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, 2007. 242 f.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica.** São Paulo: Hucitec; Polis, 1987. 141 p.

EMMI, M. F. **Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: NAEA/UFPA, 1999. 174 p.

FEARNSIDE, P. Processos predatórios na floresta tropical úmida da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 5, p. 21-35. 1989.

FERREIRA, A. M. M.; SALATI, E. Forças de transformação do ecossistema amazônico. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 25-44. 2005.

HÉBETTE, J. A colonização da Amazônia brasileira: um modelo para uso interno. In: HÉBETTE, J. (Ed.) **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. II. Belém: EDUFPA, 2004. p. 275-288.

HÉBETTE, J.; ALVES, J. M.; QUINTELA, R. S. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira pioneira amazônica. In: HÉBETTE, J. (Ed.) **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. IV. Belém: EDUFPA, 2004. p. 101-119.

HURTIENNE, T. Agricultura Familiar na Amazônia Oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa sócio-econômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agro-ecológicas diversas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 1, p. 75-94. 1999.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-joao-do-araguaia/panorama>, acessado em: 05/09/2017.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010. 568 p.

MÉDICI, E. G. **Sog o signo da fé**. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). Brasília: Presidência da República/Biblioteca da Presidência da República, 1970. p. 143-153.

MICHELOTTI, F. Arranjo produtivo local madeireiro de Marabá. In: CAMPOS, I. (Coord.). **Plano de desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal: estudos diagnósticos de aglomerações – PDSA 2005-2008**. Belém: ADA; UFPA; NAEA, 2007. 424 p.

MICHELOTTI, F. Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará. **Antropolítica**, n. 26, p. 245-268. 2010.

MICHELOTTI, F.; RIBEIRO, B. M. F.; FLORÊNCIO, S. R. A Re-existência camponesa na construção do Território do Sudeste Paraense (1995-2004). In: MONTEIRO, D. M. C.; MONTEIRO, M. A. (Orgs.). **Desafios na Amazônia: uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural**. Belém: NAEA/UFPA, 2006. p. 149-163.

MICHELOTTI, F.; RODRIGUES, F. N. C. V. Desafios para a Sustentabilidade Ecológica Integrada a Trajetórias de Estabilização da Agricultura Familiar na Região de Marabá. **Novos Cadernos NAEA**, v. 5, n. 1, p. 73-103. 2004.

MONTEIRO, M. A. **Siderurgia na Amazônia oriental brasileira e a pressão sobre a floresta primária**. In: II Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS, 2004, Indaiatuba-SP. Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba: ANPPAS, 2004. v. 1. p. 1-19.

MONTEIRO, M. A. A opção possível e desejável por um modelo de desenvolvimento. In: MONTEIRO, D. M. C.; MONTEIRO, M. A. (Orgs.). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém: UFPA/NAEA, 2006, p. 1-13.

MONTEIRO, M. A. **Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. Estudos Avançados, v. 19, n. 53, pp.187-207. 2005.

MUCHAGATA, M.; FERREIRA, S. Em busca de alternativas ao uso predatório de recursos florestais na fronteira amazônica. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 21-38, 1996.

NAASE, K. M. Recursos naturais, espaço social e estratégias de vida em assentamentos da reforma agrária na Amazônia brasileira (Sudeste Paraense). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, v. 5, n. 1, p. 79-102, 2010.

OLIVEIRA, M. C. C. de. A diversidade da agricultura no Pará. In: GUERRA, A. D.; WAQUIL, P. D. (Orgs.). **Desenvolvimento Rural sustentável no norte e sul do Brasil**. Belém: Paka-Tatu, 2013. p. 87-109.

OLIVEIRA, M.; ALMEIDA, J. **Agricultura familiar e dinâmicas socioambientais na Amazônia: os efeitos contraditórios das mudanças nas práticas dos agricultores da região de Marabá**. In: V Encontro Nacional da ANPPAS, 2010, Florianópolis. Anais da ANPPAS, 2010. p. 1-20.

PENNA, C. Incra como ator-rede: estudo das relações entre os servidores da SR-27. In: NEVES, D. P.; GOMES, R. A.; LEAL, P. F. (Orgs.) **Quadros e programas institucionais em políticas públicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 105-112.

PEREIRA, A. R. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História, 2013. 278 f.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998. 277 p.

SERVTEC. **Plano de recuperação do Assentamento Pimenteira**. São João do Araguaia: SERVTEC / Programas ATES / INCRA, 2010. 303 p.

SOUSA, A. S. **A luta dos Sem-Terra: o caso do acampamento Nossa Senhora Aparecida – Município de Marabá – PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo), Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Faculdade de Educação do Campo, 2015. 81 f.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009a. 243 p.

VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009b, 172 p.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. 316 p.